

Caderno de Resumos

*XIV Congresso Internacional da Rede de Estudos
dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e
Transições para a Democracia (REFAT):
Ditaduras, Colonialismos e Migrações no Espaço
Atlântico*

17, 18 e 19 de Abril

2024

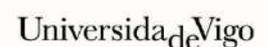
Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira



Secretaria Regional de Turismo e Cultura
Direção Regional do Arquivo
e Biblioteca da Madeira

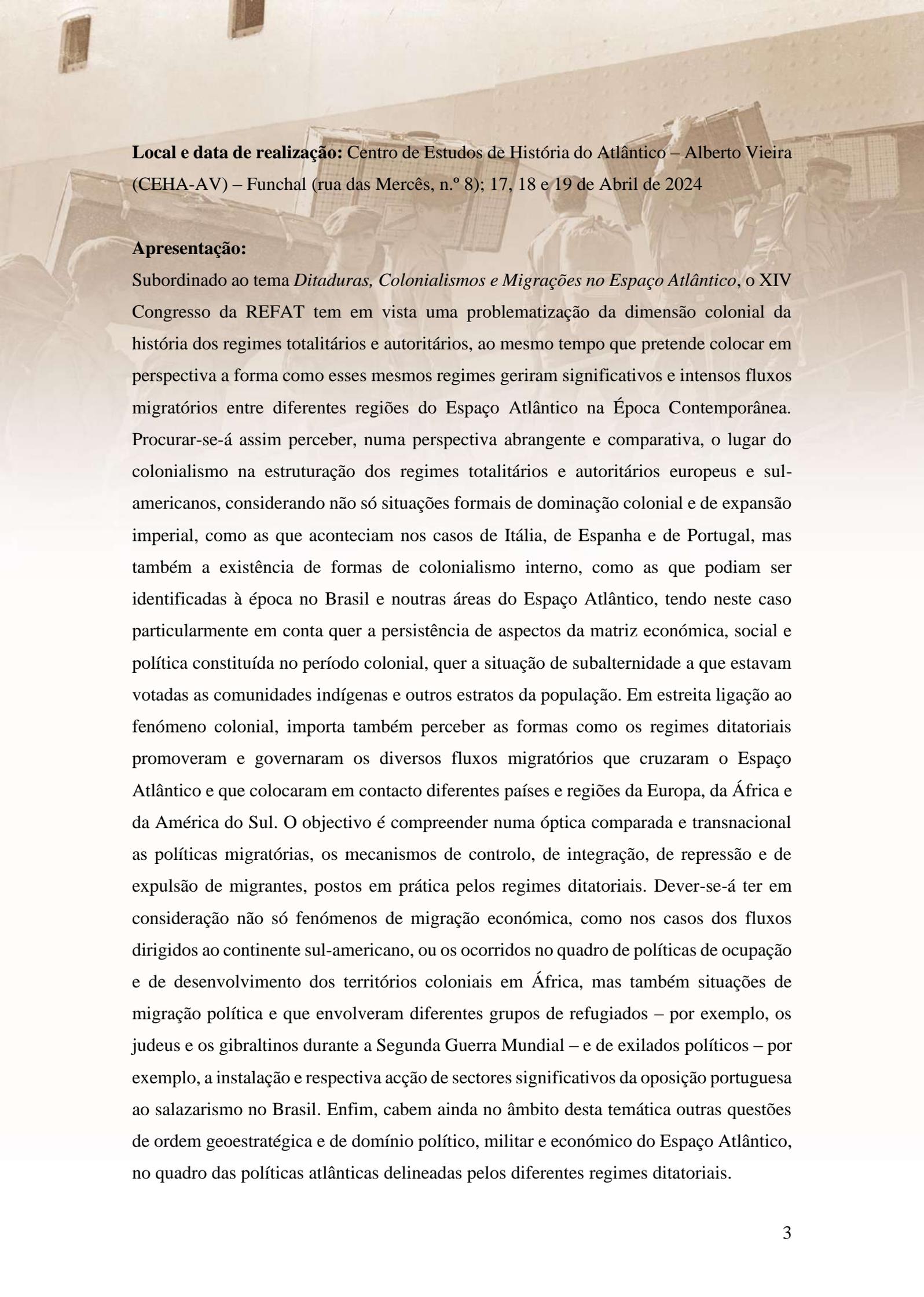


O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04309/2020, UIDP/04309/2020 e LA/P/0133/2020.



Índice

Local e data de realização	3
Apresentação	3
Organização	4
Instituições parceiras	4
Comissão científica	4
Comissão organizadora	5
Línguas de trabalho	5
Programa	6
Dia 1 – 17 de Abril de 2024	6
Dia 2 – 18 de Abril de 2024	8
Dia 3 – 19 de Abril de 2024	10
Resumos e Notas Biográficas	12
Conferência de abertura	12
1.ª Sessão – Salazarismo e colonialismo	13
2.ª Sessão – Colonialismo e descolonização	19
3.ª Sessão – Ditaduras e migrações	22
4.ª Sessão – Exilados e refugiados	25
5.ª Sessão – Propaganda política e comunidades emigradas	28
6.ª Sessão – Estratégias de fascização das comunidades emigradas	31
7.ª Sessão – Experiências autoritárias no Brasil	34
8.ª Sessão – Mitos e imaginários políticos	38
9.ª Sessão – A Madeira e o Ultramar	40



Local e data de realização: Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV) – Funchal (rua das Mercês, n.º 8); 17, 18 e 19 de Abril de 2024

Apresentação:

Subordinado ao tema *Ditaduras, Colonialismos e Migrações no Espaço Atlântico*, o XIV Congresso da REFAT tem em vista uma problematização da dimensão colonial da história dos regimes totalitários e autoritários, ao mesmo tempo que pretende colocar em perspectiva a forma como esses mesmos regimes geriram significativos e intensos fluxos migratórios entre diferentes regiões do Espaço Atlântico na Época Contemporânea. Procurar-se-á assim perceber, numa perspectiva abrangente e comparativa, o lugar do colonialismo na estruturação dos regimes totalitários e autoritários europeus e sul-americanos, considerando não só situações formais de dominação colonial e de expansão imperial, como as que aconteciam nos casos de Itália, de Espanha e de Portugal, mas também a existência de formas de colonialismo interno, como as que podiam ser identificadas à época no Brasil e noutras áreas do Espaço Atlântico, tendo neste caso particularmente em conta quer a persistência de aspectos da matriz económica, social e política constituída no período colonial, quer a situação de subalternidade a que estavam votadas as comunidades indígenas e outros estratos da população. Em estreita ligação ao fenómeno colonial, importa também perceber as formas como os regimes ditatoriais promoveram e governaram os diversos fluxos migratórios que cruzaram o Espaço Atlântico e que colocaram em contacto diferentes países e regiões da Europa, da África e da América do Sul. O objectivo é compreender numa óptica comparada e transnacional as políticas migratórias, os mecanismos de controlo, de integração, de repressão e de expulsão de migrantes, postos em prática pelos regimes ditatoriais. Dever-se-á ter em consideração não só fenómenos de migração económica, como nos casos dos fluxos dirigidos ao continente sul-americano, ou os ocorridos no quadro de políticas de ocupação e de desenvolvimento dos territórios coloniais em África, mas também situações de migração política e que envolveram diferentes grupos de refugiados – por exemplo, os judeus e os gibraltinos durante a Segunda Guerra Mundial – e de exilados políticos – por exemplo, a instalação e respectiva acção de sectores significativos da oposição portuguesa ao salazarismo no Brasil. Enfim, cabem ainda no âmbito desta temática outras questões de ordem geoestratégica e de domínio político, militar e económico do Espaço Atlântico, no quadro das políticas atlânticas delineadas pelos diferentes regimes ditatoriais.



Organização:

Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM) | Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV)

Rede de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para a Democracia (REFAT)

Instituições parceiras:

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC)

Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/NOVA)

Centro de Estudos sobre Ditaduras e Democracias da Universidade Autónoma de Barcelona (CEDID/UAB)

Grupo de Investigação sobre História Política e dos Nacionalismos da Universidade de Santiago de Compostela (HISPONA/USC)

Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul (PUCRS)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Universidade de Bolonha

Universidade de Vigo

Comissão científica:

Alberto Pena Rodríguez (Universidade de Vigo / REFAT Espanha)

Emilio Grandio Seoane (Universidade de Santiago de Compostela / REFAT Espanha)

Fernando Tavares Pimenta (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / REFAT Portugal)

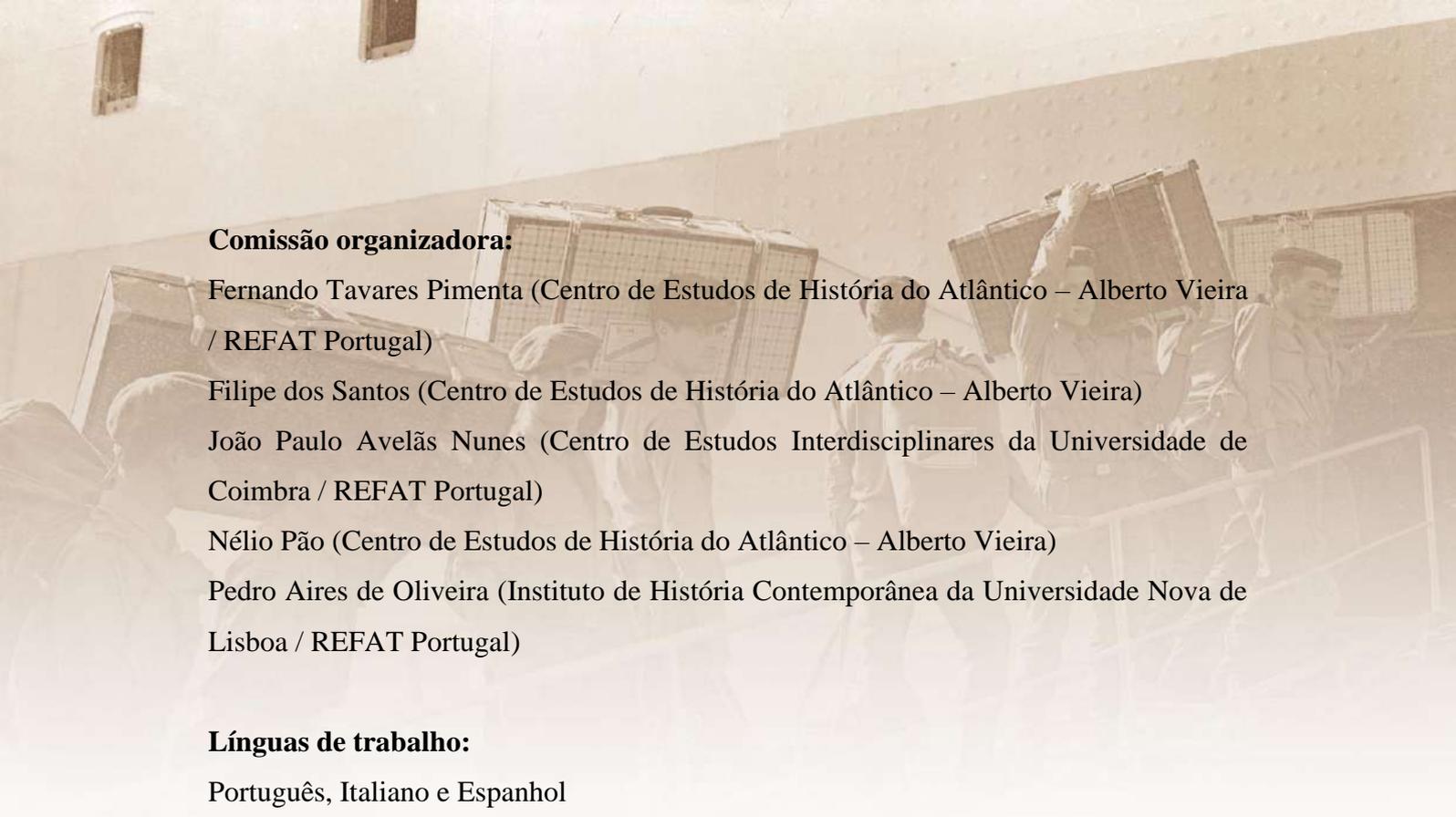
João Paulo Avelãs Nunes (Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra / REFAT Portugal)

Luciano Aronne de Abreu (Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul / REFAT Brasil)

Maria das Graças Ataíde de Almeida (Universidade Federal Rural de Pernambuco / REFAT Brasil)

Matteo Pasetti (Universidade de Bolonha / REFAT Itália)

Pietro Pinna (Universidade de Bolonha / REFAT Itália)

A faded, sepia-toned photograph of several people, likely immigrants, standing in a line with their suitcases. The scene is set outdoors, possibly at a port or a transit station, with a building visible in the background. The image is semi-transparent, allowing text to be overlaid.

Comissão organizadora:

Fernando Tavares Pimenta (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / REFAT Portugal)

Filipe dos Santos (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira)

João Paulo Avelãs Nunes (Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra / REFAT Portugal)

Nélio Pão (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira)

Pedro Aires de Oliveira (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa / REFAT Portugal)

Línguas de trabalho:

Português, Italiano e Espanhol



Programa

Dia 1 – 17 de Abril de 2024

Manhã

09.00

Recepção de participantes

09.30-10.15

Sessão de abertura

10.15-10.45

Intervalo

10.45-12.00

Conferência – Moderação de Luís Reis Torgal

10.45-11.30: *Autonomismo entre outros ismos: a Autonomia da Madeira como ideia de ressurgimento (1916-1936)*, Paulo Miguel Rodrigues, Universidade da Madeira.

11.30-12.00: Debate

12.00-14.00

Pausa para o almoço

Tarde

14.00-16.00

1.ª Sessão – Salazarismo e colonialismo – Moderação de Fernando Tavares Pimenta

14.00-14.20: *Salazar, finanças públicas e a questão colonial*, António Rafael Amaro, Universidade de Coimbra / CEIS20.

14.20-14.40: *Um Império necessário. A política colonial portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial (1937-1947)*, Fernando Martins, Universidade de Évora / CIDEHUS.

14.40-15.00: *Arquitetura, colonialismo tardio e redes tecnocientíficas: o caso português*, Joana Brites, Universidade de Coimbra / CEIS20.

15.00-15.20: *Guiné 1968-69. Major Carlos Fabião e Padre Mário de Oliveira da Guerra Colonial ao 25 de Abril*, Luís Reis Torgal, Universidade de Coimbra / CEIS20.

15.20-16.00: Debate

16.00-16.30

Intervalo

16.30-18.00

2.ª Sessão – Anticolonialismo e descolonização – Moderação de Maria das Graças Ataíde de Almeida

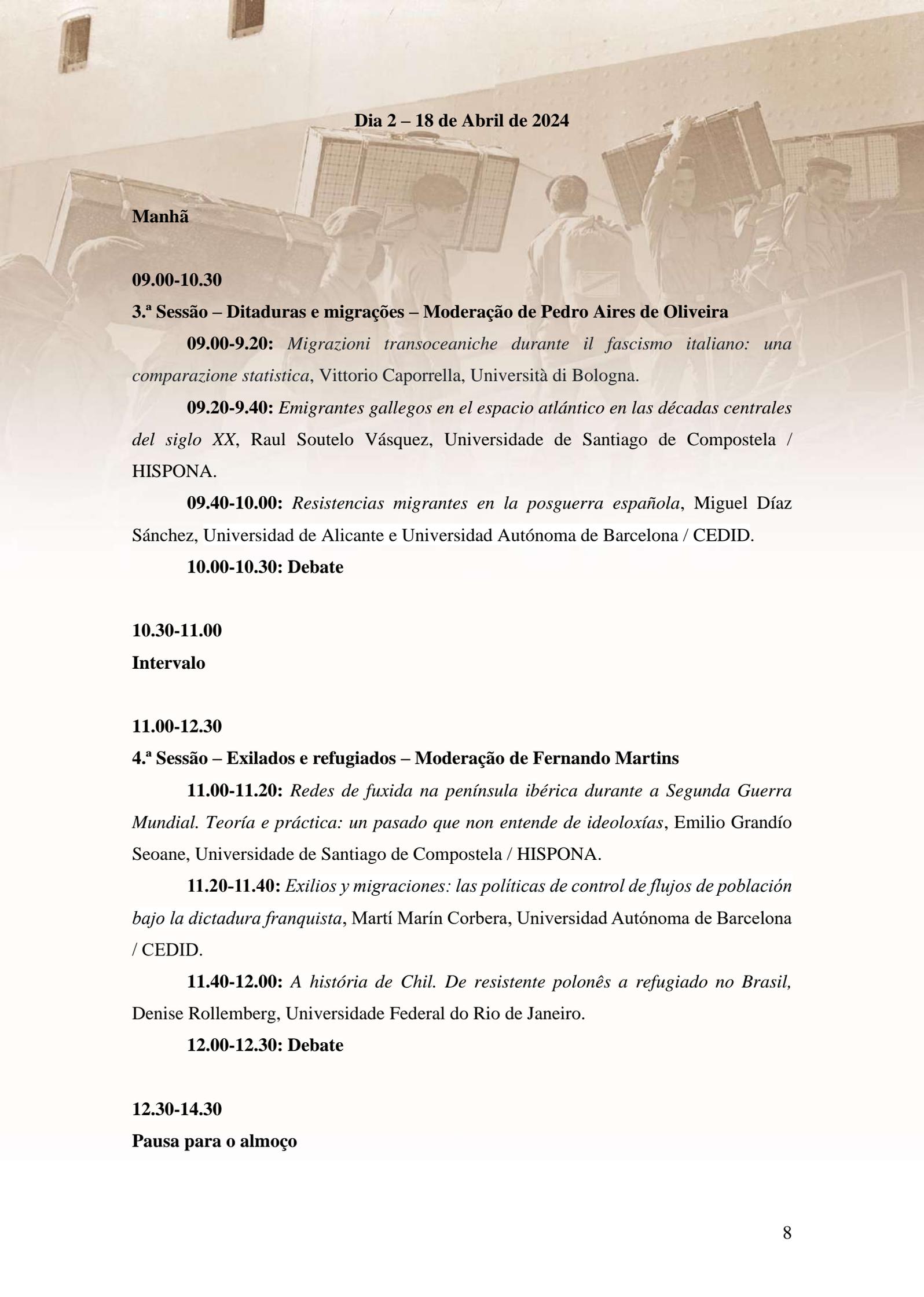
16.30-16.50: *Depois do Concílio Vaticano II: o direito à autodeterminação e a descolonização no Sínodo dos Bispos de 1971. Portugal em xeque*, Paula Borges Santos, Universidade Nova de Lisboa / IPRI.

16.50-17.10: *Intelectuais cristãos, entidades civis e luta anticolonial – Portugal 1970-1990*, Américo Freire, Fundação Getúlio Vargas / CPDOC.

17.10-17.30: *“Construir o socialismo em conjunto”. Profissionais checoslovacos na Angola independente*, Pavel Szobi, Charles University.

17.30-18.00: Debate

18.00: Fim do primeiro dia do congresso

A sepia-toned photograph showing a group of people, likely migrants, carrying large suitcases and bags. They are walking in a line, possibly on a train platform or a transit area. The image is slightly faded and serves as a background for the text.

Dia 2 – 18 de Abril de 2024

Manhã

09.00-10.30

3.ª Sessão – Ditaduras e migrações – Moderação de Pedro Aires de Oliveira

09.00-9.20: *Migrazioni transoceaniche durante il fascismo italiano: una comparazione statistica*, Vittorio Caporrella, Università di Bologna.

09.20-9.40: *Emigrantes gallegos en el espacio atlántico en las décadas centrales del siglo XX*, Raul Soutelo Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela / HISPONA.

09.40-10.00: *Resistencias migrantes en la posguerra española*, Miguel Díaz Sánchez, Universidad de Alicante e Universidad Autónoma de Barcelona / CEDID.

10.00-10.30: Debate

10.30-11.00

Intervalo

11.00-12.30

4.ª Sessão – Exilados e refugiados – Moderação de Fernando Martins

11.00-11.20: *Redes de fuxida na península ibérica durante a Segunda Guerra Mundial. Teoría e práctica: un pasado que non entende de ideoloxías*, Emilio Grandío Seoane, Universidade de Santiago de Compostela / HISPONA.

11.20-11.40: *Exilios y migraciones: las políticas de control de flujos de población bajo la dictadura franquista*, Martí Marín Corbera, Universidad Autónoma de Barcelona / CEDID.

11.40-12.00: *A história de Chil. De resistente polonês a refugiado no Brasil*, Denise Rollemberg, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

12.00-12.30: Debate

12.30-14.30

Pausa para o almoço

Tarde

14.30-16.00

5.ª Sessão – Propaganda política e comunidades emigradas – Moderação de Matteo Pasetti

14.30-14.50: *Movilización, agitación y propaganda. El salazarismo y las campañas de apoyo popular a la Nueva España franquista entre los inmigrantes españoles en Portugal (1936-1939)*, Alberto Pena Rodríguez, Universidade de Vigo e Universidade de Coimbra / CEIS20; María Victoria Martíns Rodríguez, Universidad Complutense de Madrid e Universidad Carlos III / IEG.

14.50-15.10: *Portogallo e Italia: ideologie “for sale”. Comunità emigrate e propaganda alle esposizioni di New York e San Francisco (1939)*, Annarita Gori, Universidade de Lisboa / ICS.

15.10-15.30: *“Nação peregrina”: Adriano Moreira, a União das Comunidades de Cultura Portuguesa e os últimos anos do salazarismo (1964-1967)*, Pedro Aires de Oliveira, Universidade Nova de Lisboa / IHC.

15.30-16.00: Debate

16.00-16.30

Intervalo

16.30-18.00

6.ª Sessão – Estratégias de fascização das comunidades emigradas – Moderação de Luciano Aronne de Abreu

16.30-16.50: *¿Falange española? La fascistización de las comunidades españolas en América 1933-1945*, Luis Velasco Martínez, Universidade de Vigo.

16.50-17.10: *Comunità fascistizzate. Le comunità italiane negli Stati Uniti e in Brasile di fronte alla guerra d’Etiopia*, Pietro Pinna, Università di Bologna.

17.10-17.30: *Il fallimentare tentativo di fascistizzare gli emigrati italiani*, Alberto De Bernardi, Università di Bologna.

17.30-18.00: Debate

18.00: Fim do segundo dia do congresso

Dia 3 – 19 de Abril de 2024

Manhã

09.00-10.30

7.ª Sessão – Experiências autoritárias no Brasil – Moderação de Denise Rollemberg

09.00-9.20: *Autoritarismo e Corporativismo nos Regimes de Vargas e Salazar. Novos Estados Fascistas?*, Luciano Aronne de Abreu, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Luís Rosenfield, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

09.20-9.40: *O autoritarismo no Brasil: a “Era Vargas” e a ditadura civil-militar. Primeiras reflexões sobre um projeto de pesquisa*, Fabio Gentile, Universidade Federal do Ceará.

09.40-10.00: *O Autoritarismo Estrutural na Sociedade Brasileira e sua Permanente Atualização: Da ditadura civil-militar à crise da democracia no século XXI*, Gilvan Dockorn, Universidade Federal de Santa Maria.

10.00-10.30: Debate

10.30-11.00

Intervalo

11.00-12.30

8.ª Sessão – Mitos e imaginários políticos – Moderação de Alberto Pena Rodríguez

11.00-11.20: *Ditadura, Imigração e Imaginário: a construção da imagem do imigrante ideal na Ditadura Vargas, nos Anos 30 e 40 no Brasil*, Maria das Graças Ataíde de Almeida, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

11.20-11.40: *Hispanismo e Hispanidad: España, inmigración procedente de España y nacionalismos en el Chile y la Argentina de los años de entreguerras*, Alfonso Botti, Università di Modena e Reggio Emilia.

11.40-12.00: *Ascesa e declino di un mito fascista: Primo Carnera*, Riccardo Brizzi, Università di Bologna.

12.00-12.30: Debate

12.30-14.30

Pausa para o almoço

Tarde

14.30-16.30

9.ª Sessão – A Madeira e o Ultramar – Moderação de Ana Madalena Trigo de Sousa

14.30-14.50: *Aires de Ornelas e Vasconcelos e o Ultramar Português. Da Monarquia ao Estado Novo (1906-1930)*, Fernando Tavares Pimenta, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

14.50-15.10: *A Boa Imprensa e a Transmissão de Modelos Comportamentais: A Esperança no Arquipélago da Madeira (1933-1938)*, Bruno Abreu Costa, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

15.10-15.30: *Participação Madeirense no Processo de Colonização de Moçambique durante o Estado Novo: O Caso do Colonato do Limpopo*, Odete Souto, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

15.30-15.50: *No rasto de memórias literárias madeirenses da Guerra Colonial. A (não) exceção da Madeira na narrativa do colapso do império português em África*, Ana Salgueiro, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

15.50-16.30: Debate

16.30-17.00

Intervalo

17.00-17.30

Encerramento do XIV Congresso Internacional da REFAT: Ditaduras, Colonialismos e Migrações no Espaço Atlântico

17.30-18.30: Assembleia Geral da REFAT / Apresentação das actas do XIII Congresso da REFAT

Resumos e Notas Biográficas

Conferência de abertura

Autonomismo entre outros ismos: a Autonomia da Madeira como ideia de ressurgimento (1916-1936), Paulo Miguel Rodrigues, Universidade da Madeira.

Resumo:

No quadro euro-atlântico, as duas décadas – entre 1916 e 1936 – caracterizaram-se, como se sabe, por relevantes transformações políticas, sociais, institucionais, industriais e económicas. O período foi definido (balizado) tendo em conta acontecimentos a três níveis de referência: o internacional, do agudizar da Grande Guerra ao deflagrar da Guerra Civil de Espanha; o nacional, da entrada de Portugal no conflito mundial à consolidação do “Estado Novo” e à aprovação do designado *Código Administrativo de 1936-1940*; o interno – insular – do primeiro bombardeamento do Funchal à chamada *Revolta do Leite*. A jusante e a montante, todos estes factos tiveram repercussões ou reflectem aspectos da realidade insular madeirense, ajudando-nos quer na caracterização dos ideais, da matriz e das concepção(ões) de Autonomia num determinado período histórico, quer na compreensão da lógica e dos processos de construção do autonomismo madeirense, do pensamento e teorização à apresentação de propostas e projectos concretos, junto dos poderes instituídos (executivo, legislativo ou outros). Aliás, de tal forma que foi neste período que se desenvolveu o terceiro movimento autonomista madeirense (1921-1924). É neste contexto – num período que se assume como prolífico a respeito de propostas políticas (isto é: da substantivação de muitos *ismos*), algumas com carácter radical, apresentadas como a solução para os problemas e reivindicações sociais e, assim, como (as melhores) vias para o desenvolvimento e o progresso – que analisamos e inserimos o pensamento e acção em prol da via autonomista, enquanto resposta para os problemas da Madeira.

Fá-lo-emos a partir de um conjunto de grandes questões, catalisadoras das reivindicações autonomistas (desde os problemas dos transportes e das subsistências à organização administrativa e às relações de poder), identificando debates e personalidades, assim como disputas, conflitos e compromissos.

Uma análise realizada na perspectiva da História Política, que procura não só inserir o Autonomismo no quadro do pensamento coevo (ou seja: num universo vasto, que se

estende dos Liberalismos aos Totalitarismos), mas também pretende apresentar novas perspectivas para a explicação e uma melhor compreensão da História da Autonomia da Madeira.

E tudo isto assumindo que hoje se (re)colocam questões – constantes –, que sendo objecto da nossa comunicação, também nos alertam para o regresso da História e, acima de tudo, quiçá, para a necessidade de termos historiadores – e uma historiografia – comprometidos: com a Liberdade e a Democracia, assim como com a defesa intransigente da Autonomia.

Paulo Miguel Rodrigues: Doutor em História Contemporânea e Professor Associado na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, onde leciona nas áreas da História e Ciência Política. É Coordenador científico do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (UMa-CIERL). Em 2021 publicou um *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*.

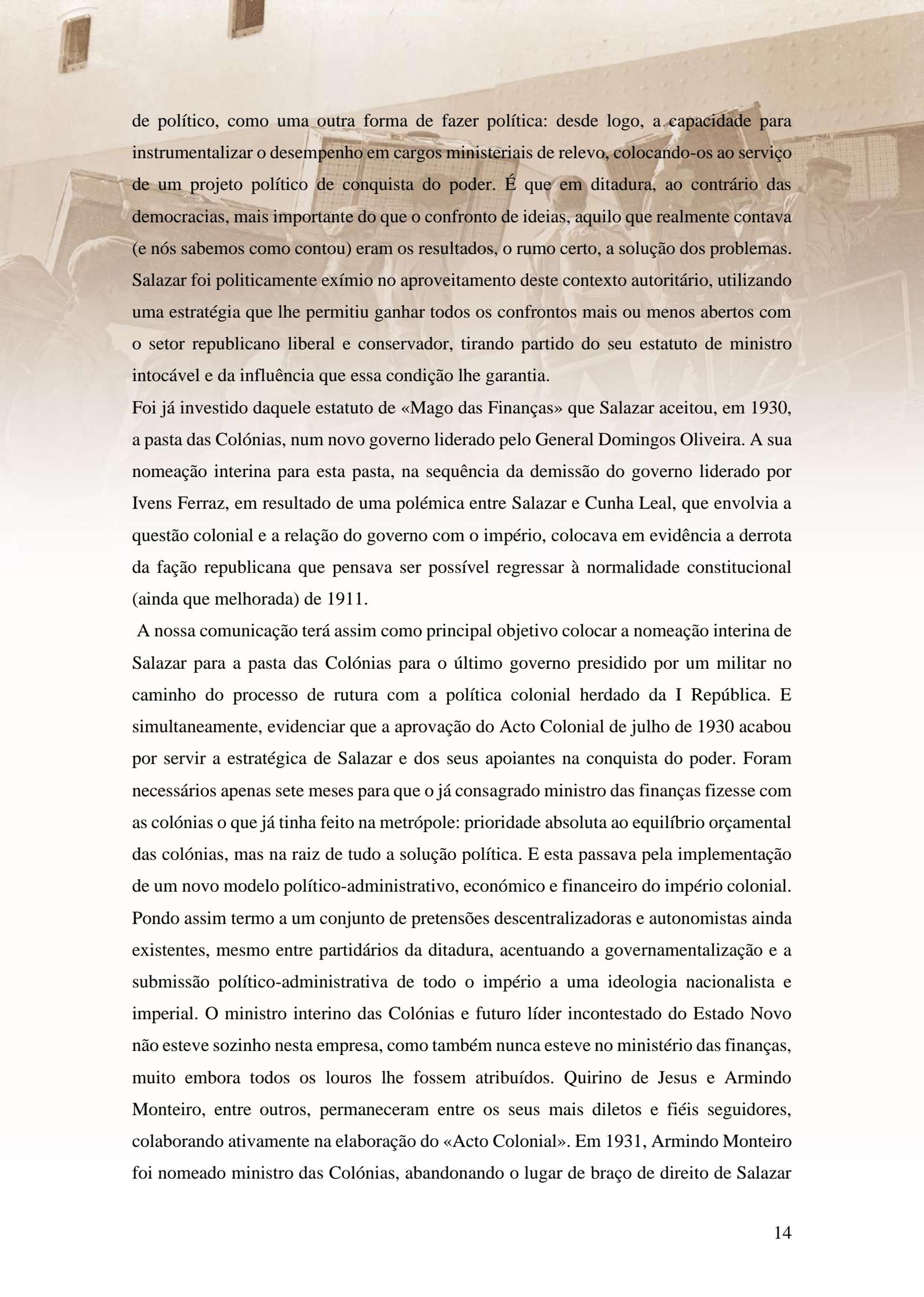
1.ª Sessão – Salazarismo e colonialismo

Salazar, finanças públicas e a questão colonial, António Rafael Amaro, Universidade de Coimbra / CEIS20.

Resumo:

Quando, em 1932, Salazar foi nomeado Presidente do Conselho, depois de quatro anos como ministro das finanças consagrado e de sete meses interinamente no Ministério das Colónias (de janeiro a julho de 1930), transportava já consigo um conjunto de vitórias políticas, no seio da Ditadura Militar, que nos permite dizer que a sua nomeação acabou por ser o resultado do sucesso de uma estratégia política pessoal. A conquista do poder por dentro da ditadura, por um ministro das finanças que colocou as contas públicas na ordem verificou-se entre 1928 e 1932, aconteceu de facto e muito por causa disso. Porém, ainda que menos referido, a sua curta passagem pela pasta das Colónias (em acumulação com a das finanças), ao colocar em marcha um novo modelo de política colonial alinhado com a fação civil, nacionalista e autoritária liderada por Salazar, acabaria por ser determinante na ascensão política de Salazar no seio da Ditadura Militar.

A forma singular como Salazar conquistou o poder, afastando-se claramente, neste aspeto, de outras lideranças fascistas e totalitárias da década de trinta, apresenta características políticas muito próprias e decisivas, que não só consagram um novo tipo



de político, como uma outra forma de fazer política: desde logo, a capacidade para instrumentalizar o desempenho em cargos ministeriais de relevo, colocando-os ao serviço de um projeto político de conquista do poder. É que em ditadura, ao contrário das democracias, mais importante do que o confronto de ideias, aquilo que realmente contava (e nós sabemos como contou) eram os resultados, o rumo certo, a solução dos problemas. Salazar foi politicamente exímio no aproveitamento deste contexto autoritário, utilizando uma estratégia que lhe permitiu ganhar todos os confrontos mais ou menos abertos com o setor republicano liberal e conservador, tirando partido do seu estatuto de ministro intocável e da influência que essa condição lhe garantia.

Foi já investido daquele estatuto de «Mago das Finanças» que Salazar aceitou, em 1930, a pasta das Colónias, num novo governo liderado pelo General Domingos Oliveira. A sua nomeação interina para esta pasta, na sequência da demissão do governo liderado por Ivens Ferraz, em resultado de uma polémica entre Salazar e Cunha Leal, que envolvia a questão colonial e a relação do governo com o império, colocava em evidência a derrota da facção republicana que pensava ser possível regressar à normalidade constitucional (ainda que melhorada) de 1911.

A nossa comunicação terá assim como principal objetivo colocar a nomeação interina de Salazar para a pasta das Colónias para o último governo presidido por um militar no caminho do processo de rutura com a política colonial herdado da I República. E simultaneamente, evidenciar que a aprovação do Acto Colonial de julho de 1930 acabou por servir a estratégia de Salazar e dos seus apoiantes na conquista do poder. Foram necessários apenas sete meses para que o já consagrado ministro das finanças fizesse com as colónias o que já tinha feito na metrópole: prioridade absoluta ao equilíbrio orçamental das colónias, mas na raiz de tudo a solução política. E esta passava pela implementação de um novo modelo político-administrativo, económico e financeiro do império colonial. Pondo assim termo a um conjunto de pretensões descentralizadoras e autonomistas ainda existentes, mesmo entre partidários da ditadura, acentuando a governamentalização e a submissão político-administrativa de todo o império a uma ideologia nacionalista e imperial. O ministro interino das Colónias e futuro líder incontestado do Estado Novo não esteve sozinho nesta empresa, como também nunca esteve no ministério das finanças, muito embora todos os louros lhe fossem atribuídos. Quirino de Jesus e Armindo Monteiro, entre outros, permaneceram entre os seus mais diletos e fiéis seguidores, colaborando ativamente na elaboração do «Acto Colonial». Em 1931, Armindo Monteiro foi nomeado ministro das Colónias, abandonando o lugar de braço de direito de Salazar

no Ministério das Finanças, para abraçar durante quatro anos a importante tarefa política de colocar no terreno a política colonial do Salazarismo

António Rafael Amaro: Doutorado em História Contemporânea. Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no Grupo de História Económica e Social. Investigador Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC), do qual foi Vice-Coordenador Científico (2012-2016), Coordenador do Grupo de Investigação História, Memória e Políticas Públicas (2017-2023) e Diretor do Programa de Doutoramento em Estudos Contemporâneos (2020-2022). É Coordenador do núcleo de História Económica e Social da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, desde 2019. Integra atualmente a *Rede de investigação internacional Direitas, História e Memória* (DHM), que tem como Instituição fundadora a Associação Nacional de História do Brasil; a *Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos* (AHILA); a *Network of Analysis of Corporatism and the Organization of Interests: Past and Present* (NETCOR); a *Rede Internacional de Estudos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para a Democracia* (REFAT), com investigadores do Brasil, Espanha, Itália, Portugal. É membro da *Associação Portuguesa de Economia Política* na qual também desenvolve atividade de docência no doutoramento em Economia Política. Tem investigado e publicado privilegiando temáticas como História das Finanças Públicas, Economia Política dos territórios, modernização económica, desigualdades e assimetrias regionais, capitalismo, democracias sociais e a crise do Estado Providência, Desigualdades e crise das democracias.

Um Império necessário. A política colonial portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial (1937-1947), Fernando Martins, Universidade de Évora / CIDEHUS

Resumo:

A Segunda Guerra Mundial é tradicionalmente associada ao início da “primeira vaga” das descolonizações dos impérios ultramarinos europeus, descolonizações que se concluíam nas décadas de 1960 e 1970. Independentemente da validade desta afirmação, a Segunda Guerra Mundial foi, no essencial, uma guerra de impérios, feita por impérios. Uns buscavam a preservação e consolidação da sua integridade territorial e do seu poder “político-militar”. Outros procuravam a sua expansão. Nuns casos, sobretudo territorial

(III Reich, Itália, Japão, URSS e Império Britânico), noutros, uma crescente influência económica, política, social, cultural e ideológica (EUA e URSS).

Neste contexto, a política colonial portuguesa tentou e conseguiu, tal como sucedera durante a Grande Guerra, garantir a integridade do seu império e, simultaneamente, prosseguir uma estratégia capaz de estreitar os laços de interdependência político-económica entre império e metrópole. O acidentado desenrolar e desfecho da guerra, provaram à elite política e militar do salazarismo que os benefícios da posse de um império superavam os custos, e que a opção de manutenção daquele traria vantagens a um país pequeno e pobre situado na periferia da Europa, ainda que posicionado no centro do mundo euro-afro-atlântico em fase de ascensão, num contexto de grandes incertezas geopolíticas. É esta história que a minha apresentação tentará narrar.

Fernando Martins: Licenciado em História e Mestre em História do Século XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutorado em História pela Universidade de Évora. Docente de História Contemporânea na Universidade de Évora. Membro integrado do CIDEHUS-UÉ. Autor de *Pedro Theotónio Pereira. O outro delfim de Salazar* (D. Quixote, 2020). Leciona e investiga temas de história dos regimes autoritários europeus no século XX; das transições políticas na Europa durante o mesmo período; de história diplomática nos séculos XIX e XX; e de história do imperialismo e do colonialismo nos séculos XIX e XX.

Arquitetura, colonialismo tardio e redes tecnocientíficas: o caso português,
Joana Brites, Universidade de Coimbra / CEIS20

Resumo:

Examinar-se-á a participação portuguesa nos circuitos epistémicos transnacionais, interimperiais e internacionais que afetaram a forma como se pensou e se produziu arquitetura nos espaços coloniais na segunda metade do século XX. Ao contrário do putativo isolamento, Portugal esteve ativamente envolvido, sobretudo a partir do década de 1950, com organizações, redes e fóruns tecnocientíficos de diversas temáticas e escalas, e não raras vezes em competição, com impacto no planeamento e execução do edificado nas suas colónias africanas: da higiene ao “bem-estar rural”, do trabalho e produtividade à saúde, passando pelas reuniões sobre urbanismo, habitação, salubridade, engenharia, materiais construtivos e “habitats tradicionais”. A historização destas relações e o mapeamento das suas reverberações afastam-se da maioria dos contributos historiográficos, ainda demasiado centrados na análise formal do “moderno tropical”, na

sua evolução estilística e na identificação dos seus agentes arquitetos, respetivas influências estéticas e enquadramento institucional.

Joana Brites: Professora Auxiliar do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC), onde coordena o doutoramento em História da Arte. Mestre e Doutora em História de Arte pela UC, é investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares da UC (CEIS20), colidera a “Heritage and Culture Helix” (CrowdHelix) e pertence à equipa do projeto “ArchNeed – Arquitetura de Necessidade: Equipamento Comunitário em Portugal 1945-1985”, financiado pela FCT. A sua investigação corrente concentra-se nos seguintes temas: modernismo e fascismo; arquitetura moderna e colonialismo; património dissonante.

Guiné 1968-69. Major Carlos Fabião e Padre Mário de Oliveira da Guerra Colonial ao 25 de Abril, Luís Reis Torgal, Universidade de Coimbra / CEIS20.

Resumo:

A comunicação será um texto que se posiciona entre a Memória e a História, procurando, todavia, manter a objectividade científica. Em ambos os casos, o autor esteve na Guiné, em Mansoa e em Bissau, na “Guerra Colonial” (então chamada “Campanhas Ultramarinas”), em 1968-1969, com as duas personalidades analisadas. No entanto, partilhou a sua experiência mais com o então major Carlos Fabião (mais exactamente: então capitão graduado em major) do que com o padre Mário de Oliveira, dado que alguns meses depois, ainda em Mansoa, este foi enviado para a “metrópole” devido ao seu comportamento anticolonialista e antiguerrista.

Carlos Fabião (1930-2006), que esteve na Guiné em várias comissões da “guerra colonial”, chegou a ter, no período de transição para democracia, o cargo de Governador. Fez parte do movimento do 25 de Abril, tendo tido, durante o PREC, uma acção contestada dentro das forças armadas, pelo que foi vítima de um processo disciplinar. Manteve com o autor, até à sua morte, uma correspondência regular, de que este guarda algumas cartas, uma datada de 23 de Abril de 1974. A análise incidirá sobre a sua acção militar, mas sobretudo sobre a sua complexa acção política.

Mário de Oliveira (1937-2022), depois de sair compulsivamente da Guiné, em que esteve capelão do Exército, foi pároco em Macieira da Lixa, onde pregou, na continuação dos seus sermões de Mansoa, uma mensagem contra a política ultramarina do Estado Novo, então na sua fase marcelista, o que o levou a ser preso pela DGS e a responder em tribunal,

acabando por ser sentenciado em prisão política. Foi, assim, considerado um “revolucionário” pelo regime, mas também não deixou de ser visto como um “heterodoxo” pela Igreja, até pelo facto de se ter tornado um dos mais veementes combatentes das “aparições de Fátima”. O seu advogado, José da Silva, escreveu sobre o seu processo político um livro que intitulou significativamente *Subversão ou Evangelho?* (Porto: Edição de Autor, 1971). O seu encontro pessoal com o autor desta comunicação só se voltou a verificar, depois da estadia com ele na Guiné, nos últimos anos da sua vida, em que, mantendo-se como padre, esteve fora dos circuitos oficiais da Igreja, com uma acção social e cultural prolongada em Macieira da Lixa e em Lourosa, sua terra natal. Desta forma, o autor quis fazer salientar duas formas diferentes de oposição à “guerra colonial”, que foi travada no tempo do Estado Novo e só conheceu o seu termo depois do 25 de Abril de 1974.

Luís Reis Torgal: Professor catedrático jubilado de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi fundador, investigador integrado e ex-coordenador do Centro de Estudos Interdisciplinares da UC (CEIS20) e co-fundador da rede que se veio a intitular REFAT. Entre outras distinções, foi-lhe conferido o grau de doutor *honoris causa* pela UFRJ em 2002, é membro honorário da Academia Portuguesa da História desde 2015 e foi-lhe concedida, em Julho de 2016, a medalha de Mérito em Ciência, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Tem-se dedicado à época da Restauração (tema do seu próximo livro) e ao Liberalismo e à I República, mas sobretudo ao estudo do Estado Novo português. Neste âmbito, publicou, entre várias obras e muitos artigos, o livro *Estados Novos, Estado Novo* (2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 2 edições) que obteve o Prémio Joaquim de Carvalho, e coordenou, escrevendo uma longa introdução e uma pequena conclusão, o livro de Mário Matos e Lemos *Oposição e eleições no Estado Novo* (Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2012. Segunda edição: 2019). O seu último livro de coordenação e co-autoria intitula-se “*Brandos costumes*”... *O Estado Novo, a PIDE e os intelectuais* (Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2022). Está a preparar, no contexto da Época Moderna, mas incentivado pela temática da obra anterior, o livro que se intitulará *As vigias da Inquisição. Um processo exemplar*.

2.^a Sessão – Colonialismo e descolonização

Depois do Concílio Vaticano II: o direito à autodeterminação e a descolonização no Sínodo dos Bispos de 1971. Portugal em xeque, Paula Borges Santos, Universidade Nova de Lisboa / IPRI.

Resumo:

Realizado seis anos depois do Concílio Vaticano II, o Sínodo dos Bispos de 1971 consumou uma primeira experiência de sinodalidade, onde se revelaram profundas diferenças eclesiológicas, já manifestas durante as sessões conciliares, e também diferentes visões das Igrejas locais sobre a relação a manter com as comunidades políticas. Um dos dois temas que compunham os trabalhos sinodais, a discussão sobre “A justiça no mundo”, revelou-se particularmente fraturante quanto aos tópicos do colonialismo, do comunismo e da discriminação racial. A centralidade conferida pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz às guerras eclodidas na África meridional abriu espaço para condenações aos países detentores de territórios coloniais e para acusações de colaboracionismo dirigidas aos seus episcopados. Nesta comunicação, historizam-se as críticas feitas a Portugal e as reações defensivas dos prelados portugueses, presentes no sínodo, que, não obstante o ambiente hostil, lograram obter manifestações de solidariedade por parte de representantes de outros episcopados europeus e latino-americanos. Analisa-se ainda de que forma esse confronto espelhou uma clivagem maior que marcou a Igreja Católica universal, desde meados dos anos sessenta até final da década seguinte, assente na oposição entre defensores da agenda anticolonial do papa Paulo VI e aqueles que priorizavam a luta contra o comunismo. Por fim, discutem-se as perspectivas que as duas fações possuíam dos direitos fundamentais e da liberdade religiosa.

Paula Borges Santos: Doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é investigadora principal do Instituto Português de Relações Internacionais. Foi professora auxiliar convidada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Estudiosa dos fenómenos do autoritarismo e da emergência das democracias, relacionando o caso de Portugal com realidades históricas similares na Europa e na América Latina, tem publicado extensamente sobre instituições e políticas autoritárias, corporativismo, política e religião.

Intelectuais cristãos, entidades civis e luta anticolonial – Portugal 1970-1990,
Américo Freire, Fundação Getúlio Vargas / CPDOC.

Resumo:

A proposta tem como objetivo apresentar resultados parciais da investigação que estamos desenvolvendo em torno da atuação de intelectuais cristãos que se destacaram em movimentos de renovação da Igreja Católica em Portugal, na luta contra o regime salazarista e contra a dominação colonial e nos processos políticos-religiosos que se sucederam ao 25 de abril.

Iremos, na comunicação, tomar como objeto de análise a atuação e as formulações de um subgrupo da chamada “oposição católica” – o qual veio a se destacar por estabelecer conexões diretas entre a luta anticolonial e os embates contra o salazarismo. Estamos nos referindo a um coletivo que, sob a liderança de nomes como o do arquiteto Nuno Teotónio Pereira e o do religioso Luís Moita, tomou várias iniciativas no sentido de criar entidades e promover a divulgação em Portugal de proposições críticas à política colonial oficial, a qual, há muito, propagava teses acerca do caráter pacífico e civilizador da presença portuguesa em África. Foram fruto da atuação desse sub-grupo: “Direito à informação”, boletim publicado clandestinamente entre 1963 e 1969, “Boletim Anticolonial” (BAC), publicado entre 1972 e 1973, e o Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC), criado em 1974 e hoje renomeado Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

Duas questões orientam nossa análise. A primeira: os processos de formação e estabelecimento desses grupos (lideranças, situação legal, conexões políticas). A segunda: as bases intelectuais da narrativa anticolonial (historiografia, autores, noções-chave).

Américo Freire: Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e Pós-doutor pelo Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE (Lisboa, 2008-2009). Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e Professor Titular da Escola de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da mesma instituição. É pesquisador do CNPq, Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e coordenador do Laboratório de Estudos Políticos do CPDOC/FGV. É autor de vários livros tais como: *Religião e Democracia: desafios contemporâneos* (2022), coorganização com Deivison Amaral e Evanize Sydow; *Frei Betto: The Political-Pastoral Work of a Dominican Friar in Brazil and Beyond* (2020), coautoria com

Evanize Sydow; *Democracia brasileira em foco: historiografia, atores e proposições* (2019); *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos* (2016), coorganização com Jorge Ferreira.

“Construir o socialismo em conjunto”. Profissionais checoslovacos na Angola independente, Pavel Szobi, Charles University.

Resumo:

Na década de 1970, a Checoslováquia era um membro sólido do Bloco de Leste e uma das suas partes industriais mais desenvolvidas. Desde a década de 1950, a Checoslováquia tinha tido uma longa tradição de utilizar o potencial do país para ajudar os países do Sul Global a modernizarem-se. Após o colapso do império colonial português, que tinha vindo a desenvolver capacidades industriais nas suas colónias/províncias ultramarinas ao longo do século XX, os recém-criados países lusófonos independentes em África começaram a perder a sua população de ascendência europeia. Este segmento específico da população constituía uma camada crucial de profissionais de gestão, engenharia e empreendedorismo. Este estudo analisará em particular o exemplo de Angola após 1975 e as soluções para a falta de profissionais dos numerosos sectores industriais nesse país. O estudo centrar-se-á ainda nos profissionais checoslovacos em vários ramos da indústria (fabrico de cerveja, indústria de máquinas, produção de pasta e papel). A questão central a responder será a seguinte: como é que a diáspora checoslovaca contribuiu para o desenvolvimento da economia angolana entre 1975 e 1992 (último ano de existência do Estado checoslovaco)? E como é que as implicações políticas/ideológicas e lucrativas afectaram a colaboração com o novo regime angolano? Este trabalho basear-se-á predominantemente em material de arquivo dos Arquivos Nacionais Checoslovacos, dos Arquivos Federais Alemães, do Arquivo Diplomático Português, bem como em material de entrevistas do arquivo pessoal do autor.

Pavel Szobi: Historiador económico. Foi professor assistente na Universidade de Economia de Praga e investigador associado no Instituto Universitário Europeu de Florença. Atualmente, trabalha no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade Carolina em Praga. A sua investigação atual centra-se principalmente nas relações pan-europeias e na cooperação entre os EUA, a União Soviética e o Sul Global nas décadas de 1970 a 1980.

3.ª Sessão – Ditaduras e migrações

Migrazioni transoceaniche durante il fascismo italiano: una comparazione statistica, Vittorio Caporrella, Università di Bologna.

Resumo:

La migrazione transoceanica iniziata nell'ultimo quarto del '800 ebbe grandissimo impatto sia sulla società italiana che su quelle dei paesi di destinazione compresi nello spazio atlantico: un movimento di uomini e di rimesse finanziarie che non si ripeté più nell'arco del Novecento. Da tempo la storiografia ha ampiamente analizzato il fenomeno rispetto sia al periodo prebellico sia a quello del regime fascista, quando diversi fattori ne determinarono una brusca frenata. Questo intervento ha come obiettivo quello di visualizzare una comparazione statistica del fenomeno nelle sue varie fasi, mettendole in connessione con i due fattori che influenzarono i flussi migratori: i cicli economici e gli interventi politici e legislativi determinati dal nuovo clima culturale, ideologico e politico americano e italiano

Vittorio Caporrella: Professore a contratto e assistente di ricerca presso il Dipartimento di Storia e Culture dell'Università di Bologna dal 2009. Si occupa di divulgazione dei risultati della ricerca, didattica della storia, processi di peer review, assicurazione della qualità della ricerca. Ha lavorato per diversi anni nella produzione di libri di testo per le scuole secondarie inferiori e superiori. Dopo un dottorato di ricerca in storia contemporanea incentrato sulla storia dei diritti linguistici nelle scuole austro-ungariche, la sua ricerca si è concentrata sulla storia della famiglia e sulla storia dell'istruzione. I suoi interessi attuali si concentrano sull'analisi comparativa dei libri di testo di storia per le scuole secondarie. Insegna Didattica della storia all'Università di Bologna.

Emigrantes gallegos en el espacio atlántico en las décadas centrales del siglo XX, Raul Soutelo Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela / HISPONA.

Resumo:

La ponencia propuesta se organizará en torno a tres asuntos centrales:

1. Análisis comparado de las características de los flujos migratorios desde Galicia a Venezuela, Brasil, México y Guinea Ecuatorial durante las décadas centrales del siglo XX. Abordando las razones económicas y políticas que empujaron a quienes abandonaban aquella sociedad sometida al terror y al hambre de la posguerra.
2. Tipología de las personas migrantes y de los proyectos migratorios desarrollados por

los gallegos establecidos en Venezuela, Brasil y México entre los años 1940 y 1960. Considerando la evolución de la coyuntura económica y las políticas monetarias en la reformulación de esos proyectos vitales individuales y familiares.

3. ¿Emigrantes o colonos?: aproximación al perfil de los gallegos establecidos en la República Dominicana y en Guinea ecuatorial en la segunda mitad del siglo pasado.

Raúl Soutelo Vázquez: Doctor en Historia por la U. de Vigo, con premio extraordinario en 2012, catedrático de Geografía e Historia en Enseñanza Secundaria, profesor de Geografía de Galicia en el Programa de Mayores de la USC, miembro de la Comisión Técnica del Archivo de la Emigración Gallega (Consello da Cultura Galega) y del G.I. en Historia Política y de los Nacionalismos (HISPONA) de la USC. Entre sus publicaciones (libros y artículos académicos) sobre las características y las consecuencias de los flujos migratorios entre Galicia e América durante los siglos contemporáneos destacan: 2021, “La prensa periódica como instrumento de movilización agrarista y anticaciquil apoyada por la emigración en la Galicia de la Restauración” en N. Tielve García y J.M. Prieto Fernández, coords., *La prensa de la emigración española en América: visiones y revisiones*, Trea Eds., Gijón, pp. 165-188; 2021, “Emigración de retorno, liderado político e modernización económica na Galicia anterior á guerra civil” en R. Villares, X.M. Núñez Seixas e R. Maiz, eds, *As Irmandades da Fala no seu tempo: perspectivas cruzadas*, Consello da Cultura Galega, pp. 489-524; 2021, “Reflexións encol da actuación sociopolítica en Galicia dos emigrantes retornados de Cuba (1900-1936)” en *Minus*, Revista do Dto. de Hª, Arte e Xeografía da U. de Vigo, nº 26; 2019, en coautoría con Mª Xosé Vázquez Lojo, *Salceda de Caselas nos tempos da emigración a América: evolución da poboación, economía e dinámicas sociopolíticas locais (1880-1960)*, Deputación de Pontevedra.; 2018, en coautoría con José Manuel Vázquez Lijó, *O Son que coñeceu Ramón Caamaño. Xentes e espazos dentro e fóra do marco fotográfico*, Deputación de A Coruña; 2017, *Entre Ourense e América. A emigración nos proxectos de vida de diferentes tipos de familias na Galicia rural (1880-1960)*, Ourense, Deputación Provincial.

***Resistencia migrantes en la posguerra española*, Miguel Díaz Sánchez, Universidad de Alicante e Universidad Autónoma de Barcelona / CEDID.**

Resumo:

Es sumamente conocido que la dictadura franquista orquestó mecanismos para dificultar las migraciones interiores (y exteriores) durante la posguerra. El Nuevo Estado interpretó



los desplazamientos internos de población como un factor de desorden social para la correcta implantación de su proyecto político (eliminación de la disidencia política), económico (autarquía) y social (antiliberal y antimarxista sustentado en los valores tradicionales del agro), e implantó mecanismos de control social totalitarios para intentar atajarlos. Lo hizo imponiendo lógicas restrictivas burocrático – administrativas en los territorios emisores y receptores de migración, añadiendo en estos últimos el trinomio represivo de la detención, la concentración y la deportación de los inmigrantes a sus puntos de procedencia, especialmente, en los grandes núcleos de población. Sin embargo, dicho entramado restrictivo y represivo no logró cercenar los movimientos migratorios; es más, se ha podido constatar que la década del cuarenta del pasado siglo fue el periodo de mayor movilidad interna acontecido en España hasta ese momento. Por lo tanto, es evidente que nos encontramos ante la articulación de algún tipo de resistencia para quebrantar la política migratoria del régimen por parte de la población española. Dicha actitud podemos definirla acogiéndonos a los preceptos que nos ofrecen la teoría de redes migratorias, el concepto de “experiencia” de E. P. Thompson, las “armas del débil” definidas por J. C. Scott, y finalmente, buena parte del repertorio analítico que en los últimos años nos ha ofrecido el estudio de las resistencias y la cotidianidad durante el periodo franquista.

Miguel Díaz Sánchez: Doctor en Historia Comparada, Política y Social por la Universidad Autónoma de Barcelona (2020) y Graduado en Historia por la Universidad de Murcia (2013). Su tesis doctoral, “Migrar contra el poder. La represión de las migraciones interiores en España durante la posguerra (1939-1957)”, recibió uno de los premios extraordinarios concedidos por la Escuela de Doctorado de la UAB (2020/2021), además de la mención cum laude. Ha sido investigador predoctoral FI-DGR de la Generalitat de Catalunya (2016-2020) e investigador postdoctoral Margarita Salas del Ministerio de Universidades (2022). Ha realizado estancias de investigación en la Escuela de Humanidades de la Universidad Nacional de San Martín (Argentina) (2017), en la Universidad de Alicante (España) (2022) y en el Laboratoire d’Études Romanes de la Université Paris 8 (Francia) (2023). Es miembro del Centre d’Estudis sobre Dictadures i Democràcies (UAB) desde 2016 y del grupo de investigación España y Europa Contemporáneas (Universidad de Alicante) desde 2022. En la actualidad es investigador postdoctoral APOSTD de la Generalitat Valenciana en el Instituto Universitario de Investigación de Estudios de Género de la Universidad de Alicante. También forma parte

del equipo editorial de la revista Pasado y Memoria y ha publicado diversos artículos de investigación en revistas como Ayer e Historia Social, entre otras.

4.ª Sessão – Exilados e refugiados

Redes de fuxida na península ibérica durante a Segunda Guerra Mundial. Teoría e práctica: un pasado que non entende de ideoloxías, Emilio Grandío Seoane, Universidade de Santiago de Compostela / HISPONA.

Resumo:

Con esta comunicación, a partir de documentación española e británica na súa maior parte, pretendo presentar un elemento sempre comentado nos relatos do conflito bélico mundial, pero poucas veces plantexado dende unha perspectiva operativa. As redes de fuxida son por definición clandestinas, secretas, non se deben coñecer. Para o seu establecemento entran en xogo toda unha serie de actores coas súas características: diplomáticos, políticos, servicios de seguridade e información, empresarios... A maior parte das fontes para traballar esta temática se nos ofrecen dende unha perspectiva política do conflito de dous bandos en loita. Sen embargo, cando enfocamos exclusivamente cara as redes e os seus axentes concretos observamos que é unha ferramenta, que pode utilizarse en sentidos contrapostos. De feito, a utilización das redes de fuxida cara ós portos galegos e portugueses, e logo cara América Latina, foron ben utilizadas tanto para transportar xudeus como nazis, para agachar militares de ambos bandos... Só dependía da época e do momento deses seis anos do conflito.

Emilio Francisco Grandío Seoane: Profesor Titular de Historia Contemporánea no Departamento de Historia da Universidade de Santiago de Compostela. É membro do Grupo de investigación Historia Política e dos Nacionalismos (HISPONA, GI-1928) da USC, e pertence entre outras asociacións, a “Network for the Study of Fascisms, Authoritarianisms and Totalitarianisms” (REFAT) e “The Right Wing, History and Memory” (DHM). As súas principais liñas de investigación céntranse no estudo da II República Española e o comezo do franquismo, a intervención extranxeira na Península Ibérica durante e despois da II Guerra Mundial, as redes de información no ámbito da devandita conflagración, así como das relacións culturais e das elites políticas entre España e América. Na actualidade coordina a publicación dunha monografía sobre os Servicios de información durante a Segunda Guerra Mundial en España, de próxima

publicación. Entre sus contribuciones en esta temática más destacadas inclúense: Grandío Seoane, Emilio: *Hora Zero. La inteligencia británica en España durante la Segunda Guerra Mundial*, Cátedra, Madrid, 2021, ISBN 978-84-376-4259-8; Grandío Seoane, Emilio: “Francoism and opposition in the 1950s: narratives of national reconciliation”, in Morente F., Gallego F.: *The last survivor*, Sussex Academic Press, Eastbourne, 2017, ISBN 978-1-84519-876-3, pp.: 151-179; Grandío Seoane, Emilio: *A Balancing Act: British Intelligence during the IIWW in Spain*, Sussex Academic Press, Eastbourne, 2017, ISBN 978-1845198848; Grandío Seoane, Emilio/Rodríguez, J. (ed.): *Derribar a Franco: oposición al régimen y Guerra Fría en el noroeste de la Península Ibérica: 1945-1953*, Eneida, Madrid, 2013, ISBN 8415458320; Grandío Seoane, Emilio/Rodríguez, J. (ed.): *War Zone. La Segunda Guerra Mundial en el noroeste de la península ibérica (1939-1945)*, Eneida, Madrid, 2012, ISBN 8415458227. ORCID: 0000-0002-3669-576. Academia: <https://usc-es.academia.edu/EmilioGrandio>

***Exilios y migraciones: las políticas de control de flujos de población bajo la dictadura franquista*, Martí Marín Corbera, Universidad Autónoma de Barcelona / CEDID.**

Resumo:

La dictadura franquista no solamente se planteó el control de los flujos de población – tanto de entrada como de salida – en materia transfronteriza, tal y como venía siendo tendencia creciente en Europa y América desde la I Guerra Mundial. Como su homóloga fascista italiana, se encargó también de controlar los flujos internos de población, control que vinculó igualmente a un nuevo y exigente sistema de identificación personal que culminaría en la imposición del *Documento Nacional de Identidad*. Para este control de flujos, el Régimen desarrolló distintas políticas que incluyeron la concentración y deportación de inmigrantes interiores, sin necesidad de generar nunca – a diferencia del caso italiano – ningún tipo de legislación específica para ello, siempre dentro de la más amplia discrecionalidad. Igualmente, las gestiones para controlar el desarrollo de comunidades migrantes en el exterior, se nutrieron de iniciativas diversas y cambiantes para adaptarse a una nueva Europa que nada tenía que ver con la que el Régimen había deseado.

Martí Marín Corbera: Profesor del Departament d’Història Moderna i Contemporànea de la UAB desde 1994 del que es Director desde 2022. Fue también Director del Centre d’Estudis sobre Dictadures i Democràcies (CEDID-UAB), 2017-2022. Sus líneas de

investigación se centran en el sistema de gobierno territorial del franquismo y las políticas del régimen sobre las migraciones interiores. Libros: *Els Ajuntaments Franquistes a Catalunya. Política i administració municipal, 1938-1979* (2000); *Catalanisme, clientelisme i franquisme. Josep Maria de Porcioles*, (2005); *Història del Franquisme a Catalunya*, (2006); *Franquisme, suburbialització i dictadura a Catalunya. Sabadell, 1939-1962: una cas paradigmàtic* (2019) y *¡Ha llegado España! La política del franquisme a Catalunya (1938-1977)* (2019). Otras publicaciones recientes: «La democracia orgánica como forma de representación política: un análisis de las fórmulas de cooptación de procuradores en Cortes y de sus resultados», *Estudos do Século XX*, 16 (2016); «La izquierda y la Diputación de Barcelona: un ejemplo de colaboración entre los partidos del antifranquismo» en Carme Molinero y Pere Ysàs (eds.), *Las izquierdas en tiempos de transición* (2016); «Cambios y continuidades en el personal político del tardofranquismo a la democracia, 1969-1979: del Ministerio de la Gobernación al Ministerio del Interior» en Carme Molinero y Pere Ysàs (eds.), *Transiciones. Estudios sobre Europa del Sur y América Latina* (2019) y “Ejército y Partido. Los militares en el Ministerio de la Gobernación en el primer franquismo, 1936-1951”, *Revista Universitaria de Historia Militar*, 20 (2021).

A história de Chil. De resistente polonês a refugiado no Brasil, Denise Rollemberg, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo:

No quadro do estudo da Resistência polonesa à ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial, tratarei da trajetória de Yehiel Chil Grynspan (Sosnowica, Polônia, 1916; Rio de Janeiro, 1998), comandante de um destacado grupo de *partisans* judeus que atuava na região de floresta de Parzew, alinhado ao *Gwardia Ludowa*, organização armada comunista. A *Guarda do povo* atuava de forma independente do Estado Secreto Polonês, nome genérico das diferentes organizações clandestinas de Resistência, reunindo civis e militares leais ao governo polonês no exílio. No imediato pós-guerra, Grynspan ocupou alguns cargos na Polônia como o de chefe de polícia em Lublin. Em 1947, Grynspan refugiou-se na França, e, em 1948, se estabeleceu no Brasil, no Rio de Janeiro, onde se casou e constituiu família.

Denise Rollemberg: Professora titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos (UFF). É autora dos livros: *Exílio*.

Entre raízes e radares (Record, 1999); *Resistência*. Memória da ocupação nazista na França e na Itália (Alameda, 2016); *Valquírias*. Memória da Resistência Alemã ao Nazismo (EdUFF, 2021); e dos artigos: No corpo e na alma: as crianças de Auschwitz. *Hurbinek*. Revista de Estudos Primolevianos. PUC-Rio, n.º 2, 2022; O desafio dos museus históricos celebratórios. Dossiê – Crises da memória na Europa contemporânea. *Tempo*. Revista de História do Depto de História da UFF, 28 (3). Set-Dez 2022; e Memorial dos heróis silenciosos. *Revista de História*. USP, São Paulo, 2021. N.º 180, pp. 1-34.

5.ª Sessão – Propaganda política e comunidades emigradas

Movilización, agitación y propaganda. El salazarismo y las campañas de apoyo popular a la Nueva España franquista entre los inmigrantes españoles en Portugal (1936-1939), Alberto Pena Rodríguez, Universidade de Vigo e Universidade de Coimbra / CEIS20; María Victoria Martíns Rodríguez, Universidad Complutense de Madrid e Universidad Carlos III / IEG.

Resumo:

El objetivo de este trabajo, que utiliza fuentes documentales y hemerográficas originales, es rescatar y analizar los episodios más paradigmáticos de la colaboración entre el gobierno rebelde español y varias instituciones o medios de comunicación lusos, entre los que destacaron el diario *A Voz* y el Rádio Club Português, para reclutar soldados, recaudar fondos, bienes materiales y víveres entre los inmigrantes españoles en Portugal, que ayudaron a financiar y legitimar al bando faccioso, sobre todo durante el primer año de la batalla, entre julio de 1936 y junio de 1937. Como conclusión principal, la investigación demuestra que, mediante un proceso de instrumentalización política, los agentes franquistas, en alianza con el Estado Novo portugués, difundieron mensajes y discursos alarmistas que apelaban a sentimientos humanitarios con el fin de conmover y movilizar a la a los miles de residentes españoles en ayuda del bando rebelde, que consiguió recaudar ingentes cantidades de dinero al tiempo que promocionaban la Nueva España del general Franco.

Alberto Pena Rodríguez: Doctor Europeo en Ciencias de la Información por la Universidad Complutense de Madrid, y doctor en Historia por la UNED, es Profesor Titular en la Universidade de Vigo, en cuya Facultad de Ciencias Sociales y de la

Comunicación fue decano. Entre otras universidades, fue profesor o investigador invitado en Harvard University y University of California Berkeley. También fue *FLAD/Brown Michael Teague Visiting Professor* de la Brown University y *Endowed Chair Professor* en la University of Massachusetts Dartmouth. A lo largo de su carrera colaboró en diversos proyectos de investigación nacionales e internacionales. Entre sus últimos libros, están *News on the American Dream. A History of the Portuguese Press in the United States* (Dartmouth: University of Massachusetts Press, 2020); (con António Hohlfeldt) *Para uma história do jornalismo português no mundo* (Lisboa: Instituto de Comunicação da Nova, 2021), y *Comunicar en la diáspora. Prensa, periodismo, radio, exilio y propaganda entre los inmigrantes portugueses en Estados Unidos (1877-1950)* (Granada: Comares, 2021).

María Victoria Martíns Rodríguez: Licenciada en Geografía e Historia por la Universidad Complutense de Madrid y Doctora en Periodismo por la misma Universidad, con la tesis titulada «La mujer en Galicia a través del NO-DO (1943-1957)». Ha sido docente de Enseñanza Media y profesora de la Universidad de Vigo, donde ha participado en varios proyectos de investigación: *Compromiso e Igualdad. Mujeres Universitarias Gallegas durante el Franquismo; Espacios de Igualdad, y Empoderamiento femenino en Democracia (1975-2012)*. En la actualidad es contratada postdoctoral Margarita Salas por la UCM con estancia de investigación en el Instituto de Estudios de Género de la Universidad Carlos III de Madrid. Su trayectoria investigadora gira en torno a la historia y la representación de las mujeres en el periodo franquista, sobre las que ha realizado diversas contribuciones en congresos científicos y publicaciones en revistas y monografías. En el campo de la comunicación audiovisual, a sus investigaciones sobre el cine informativo franquista se suma la co-dirección del documental *Digna Rabia* (2011) centrado en la historia de las mujeres durante la dictadura.

Portogallo e Italia: ideologie “for sale”. Comunità emigrate e propaganda alle esposizioni di New York e San Francisco (1939), Annarita Gori, Universidade de Lisboa / ICS.

Resumo:

Le esposizioni internazionali degli anni Trenta furono concepite come arene politiche, spettacoli urbani in cui venivano presentate e confrontate le contrapposizioni tra le diverse visioni del mondo. I padiglioni nazionali furono concepiti come biglietti da visita del potere. Attraverso l'architettura, l'estetica e la promozione culturale di elementi chiave

dell'identità nazionale – come la storia, l'arte, il cinema, la musica, il cibo, ecc. – le nazioni partecipanti propagandavano la superiorità della propria ideologia politica sulle altre, cercavano affinità e mantenevano il controllo e il sostegno della propria comunità all'estero.

Questo intervento vuole analizzare quali fu la propaganda dell'Estado Novo portoghese e del Fascismo italiano in relazione alle Esposizioni Internazionali di New York e San Francisco. Entrambi i regimi potevano contare con una numerosa e ben organizzata comunità emigrante negli Stati Uniti. Saranno quindi analizzate le strategie estetiche e le scelte narrative con cui Italia e Portogallo si presentarono agli americani, ma soprattutto, alle rispettive comunità nell'area del New England e della California. Dall'altro lato sarà esaminato come questa propaganda fu accolta, accettata o rifiutata dalle comunità emigrate e quale fu la loro reazione di fronte ai padiglioni della loro ex madrepatria.

Annarita Gori: Ricercatrice associata presso l'ICS-UL e il suo campo di specializzazione è la propaganda culturale delle dittature di destra e le reti intellettuali nell'Europa tra le due guerre. In particolare, le sue ricerche riguardano: il processo di costruzione della nazione e la sua penetrazione con le identità politiche, l'uso pubblico del passato come legittimazione del regime, le mostre e i musei in contesti dittatoriali, la circolazione delle idee, le reti intellettuali e, più recentemente, i panazionalismi. Su questi temi ha pubblicato numerose pubblicazioni in quattro lingue (inglese, portoghese, italiano e spagnolo). È anche membro di diverse associazioni e ha partecipato attivamente a due gruppi di ricerca internazionali e interdisciplinari: Direitas, História e Memória, con sede all'Universidade de Juiz de Fora (Brasile) e La Raza Latina, La pátria Hispana Intelectuales, identidades colectivas e proyectos entre as organizações España, Itália e Argentina (1880-1945), con sede all'Università di Gerona.

***“Nação peregrina”:* Adriano Moreira, *a União das Comunidades de Cultura Portuguesa e os últimos anos do salazarismo (1964-1967)*, Pedro Aires de Oliveira, Universidade Nova de Lisboa / IHC.**

Resumo:

Em 1964, um grupo de personalidades portuguesas, maioritariamente oriundas de círculos de elite próximas regime salazarista, tomou a iniciativa de lançar um novo movimento – a União das Comunidades de Cultura Portuguesa. A União nasceu sob a égide do principal lobby imperial português, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), criada em 1875 para defender as pretensões portuguesas na época da grande corrida africana.

O mentor da UCPC foi um antigo ministro do Ultramar de Salazar, Adriano Moreira, ainda uma personalidade prestigiada e influente, apesar da sua «queda política» em 1962. O objetivo declarado da UCPC era servir de elo entre os muitos grupos, associações e indivíduos que formavam a “espinha dorsal cultural” da diáspora portuguesa. O movimento conseguiu assegurar fundos suficientes para publicar uma revista trimestral (*Comunidades*) e realizar dois grandes congressos (1964 e 1967), o último dos quais levou os participantes num cruzeiro de Lisboa a Moçambique.

Neste artigo exploratório, pretendo analisar as razões que levaram ao lançamento desta iniciativa e o seu timing – não será certamente uma coincidência o facto de ter coincidido com um surto de emigração portuguesa (sobretudo para destinos da Europa Ocidental, i.e., democracias liberais e «sociais-democratas»), bem como com o aumento das pressões sobre os territórios coloniais portugueses em África (uma guerra em três frentes na Guiné, Angola e Moçambique). Discutiremos a hipótese de este tipo de iniciativas visarem preparar, de algum modo, uma renúncia à soberania territorial ultramarina portuguesa, a qual seria compensada pelo prestígio, e influência, que o país poderia retirar da sua irradiação diaspórica e cultural.

Pedro Aires de Oliveira: Professor Associado com Agregação do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador integrado do Instituto de História Contemporânea. Tem na história do colonialismo e da descolonização um dos seus principais interesses de investigação, tendo publicado vários trabalhos sobre essas temáticas. Encontra-se a coordenar, com o General Vieira Borges, uma obra coletiva que procurará fazer o balanço das guerras coloniais de Portugal e do processo de descolonização, 50 anos volvidos sobre o fim do Estado Novo (Bertrand e Comissão Portuguesa de História Militar).

6.^a Sessão – Estratégias de fascização das comunidades emigradas

¿Falange española? La fascistización de las comunidades españolas en América 1933-1945, Luis Velasco Martínez, Universidade de Vigo.

Resumo:

Las comunidades de inmigrantes europeos en las repúblicas iberoamericanas continuaron ligadas a sus países de origen a lo largo de toda la primera mitad del siglo XX. La creación de colectividades étnicas y su capacidad de organización, movilización e influencia

resultó determinante para que las identidades originarias de muchos de estos migrantes pudieran mantenerse. Este hecho tuvo importantes repercusiones para las experiencias migratorias. Así, los lazos culturales, simbólicos, ideológicos o simplemente sentimentales entre los inmigrantes y sus orígenes lograron pervivir más allá de la lejanía. Desde inicios del siglo XX la movilización política de los migrantes españoles en América resultó reseñable, especialmente en lo que respecta a la aparición de las nuevas ideologías de masas. Los nacionalismos periféricos, o el movimiento obrero encontraron un nicho por el que extender sus modernas influencias entre las comunidades de inmigrantes españoles, italianos o alemanes en América. Con la aparición de los fascismos y su posterior organización, estos movimientos también pusieron en marcha propuestas proselitistas entre las comunidades de inmigrantes. La movilización de estas comunidades de expatriados fue habitual por parte de los fascismos europeos, pero suponía llevar a los inmigrantes a un escenario que dificultaba su integración en las comunidades de acogida. En el caso de la organización de Falange Española entre las comunidades de inmigrantes peninsulares en América esta dinámica supuso no sólo la ruptura de la propia colectividad, sino dificultar su aceptación en la comunidad de acogida.

Luis Velasco Martínez: Profesor de Historia Contemporánea de la Universidad de Vigo. Doctor internacional en Historia Contemporánea, ha sido investigador visitante en el Center for Latin American Studies de la Universidad de Columbia y en el Barnard College de Nueva York, además de en el Center for War Studies del University College Dublin. Especialista en nacionalismos comparados, actualmente es investigador visitante del King's College de Londres donde está consultando los fondos del Foreign Office respecto a la colaboración de españoles con el Eje en América durante la Segunda Guerra Mundial. Entre sus obras más recientes destaca: *Fascistas de Ultramar. La proyección del falangismo español en el Río de la Plata, 1936-1943*. Biblós: Buenos Aires (2023).

Comunità fascistizzate. Le comunità italiane negli Stati Uniti e in Brasile di fronte alla guerra d'Etiopia, Pietro Pinna, Università di Bologna.

Resumo:

La guerra d'Etiopia è comunemente considerata il momento culmine del consenso al regime fascista da parte degli italiani, anche all'estero. Le comunità immigrate delle città statunitensi e brasiliane sembrarono, effettivamente, guardare con entusiasmo alla proclamazione dell'Impero e all'affermazione dell'Italia come nuova potenza mondiale,

così come Mussolini intese proporla. La relazione intende indagare, in questo senso, le modalità con le quali il regime utilizzò la propria politica coloniale nel processo di fascistizzazione, già iniziato a partire dagli anni venti, dei cosiddetti “italiani all'estero”. La presenza di comunità afroamericane e afrobrasiliane e la loro reazione, talora assai conflittuale, alla conquista italiana dell'Etiopia rappresentano un ulteriore punto di interesse, nel tentativo di evidenziare le modalità con le quali le comunità italiane stavano inserendosi in contesti multietnici e multiculturali come il Brasile e gli Stati Uniti.

Pietro Pinna: Docente a contratto presso l'Università di Bologna e l'Università di Ferrara. È autore di numerosi saggi sulla politicizzazione degli emigrati italiani e sul fascismo all'estero, con particolare attenzione alla Francia, e sulle migrazioni italiane e l'industria vinicola in California.

Il fallimentare tentativo di fascistizzare gli emigrati italiani, Alberto De Bernardi, Università di Bologna.

Resumo:

La relazione si concentrerà sulle politiche messe in atto dal fascismo per “fascistizzare” gli emigrati italiani, soprattutto quelli residenti nelle Americhe e in particolare negli Stati Uniti, facendo leva innanzitutto sulla difesa dell'Italianità come elemento cruciale di resistenza all'americanizzazione. L'azione del fascismo riguardava soprattutto la prima generazione di italiani nati negli Usa che già superava quella degli immigrati nati in Italia. Ma la forza dell'assimilazione fu superiore ai tentativi del regime di preservare l'identità italiana come baricentro dell'adesione al fascismo degli immigrati e soprattutto con lo scoppio della Seconda guerra mondiale i giovani italoamericani fecero una scelta esplicita: scelsero gli Stati Uniti contro la guerra del fascismo.

Alberto De Bernardi: Professore Alma Mater dell'Università di Bologna, dove ha insegnato Storia contemporanea e Storia globale. Ha effettuato numerosi soggiorni di studio a Parigi presso l'Université Paris Diderot 7 e in Portogallo presso l'Università di Coimbra. È stato visiting professor alla Brown University (Providence RI) e alla UCLA (University of California) di Berkeley. È stato direttore scientifico e poi vicepresidente dell'Istituto Nazionale Ferruccio Parri (2011-2018). È stato presidente dell'Istituto storico per la storia e le memorie del '900-Parri Emilia-Romagna (2010-2016). Ha fondato e diretto le riviste “Società e Storia”, “I Viaggi di Erodoto”, “I Democratici”, “Storicamente”. È coordinatore di REFAT.

7.ª Sessão – Experiências autoritárias no Brasil

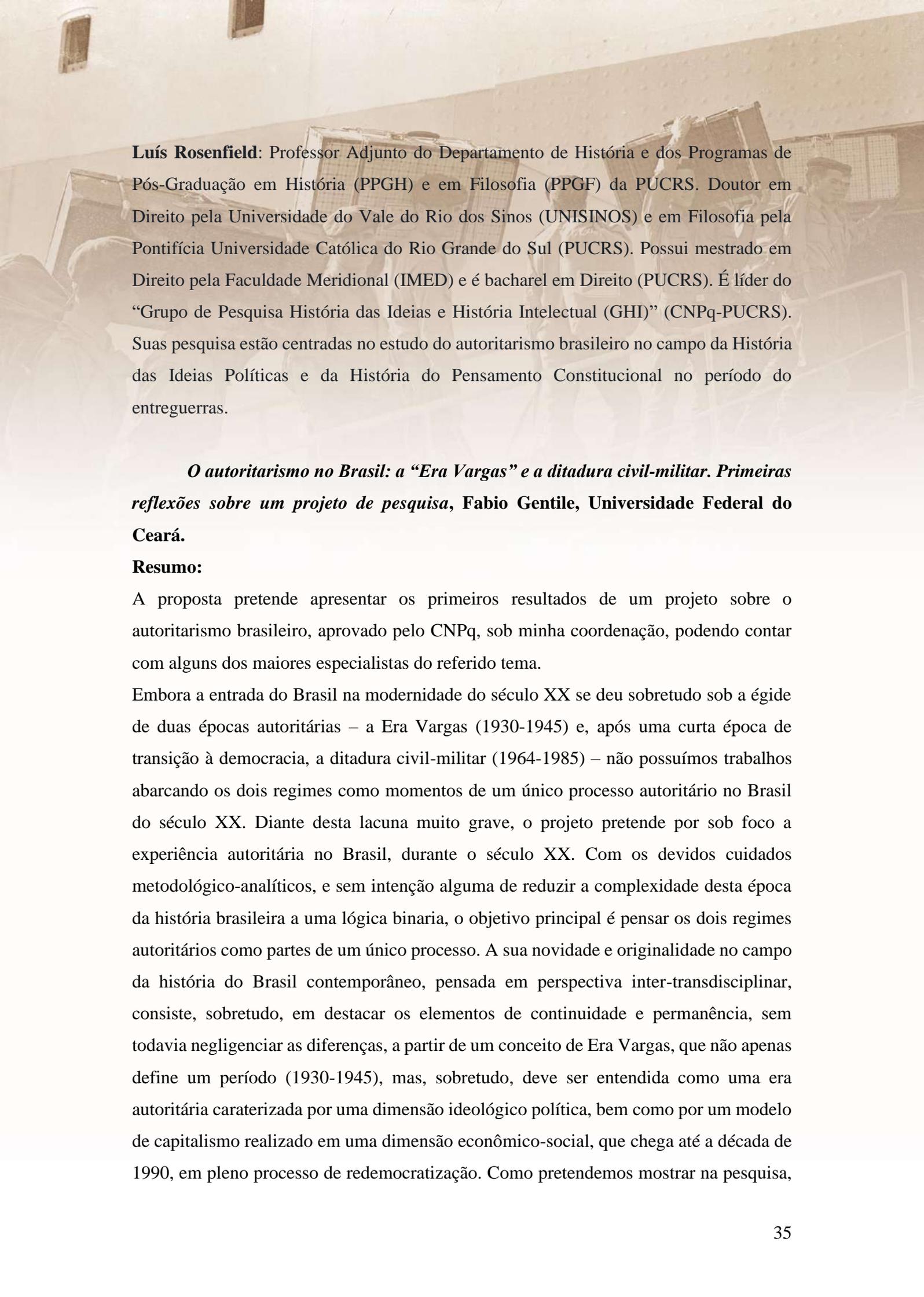
Autoritarismo e Corporativismo nos Regimes de Vargas e Salazar. Novos Estados Fascistas?, Luciano Aronne de Abreu, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Luís Rosenfield, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Resumo:

Os regimes de Vargas e Salazar são igualmente resultantes, no plano nacional de cada um dos seus países, de um contexto de persistente instabilidade política e de grave crise econômica e, no plano internacional, da influência cada vez mais difundida das ideias fascistas e do modelo corporativista italiano. Ao mesmo tempo, ambos os regimes têm também uma preocupação comum com a construção, no caso brasileiro, ou o resgate, no caso português, do que seria a verdadeira nação brasileira e portuguesa, respectivamente. Para tanto, por um lado, esses regimes e seus intelectuais olhavam para o passado em busca das raízes da sua nacionalidade, de modo a bem educar os sentimentos e a consciência do seu próprio povo; e, por outro lado, viam nas ideias corporativas do regime de Mussolini uma forma alternativa de regulação social e promoção do desenvolvimento que seria também adequada aos casos de Brasil e Portugal.

Nesse sentido, portanto, tem-se aqui por objetivo, em primeiro lugar, identificar e analisar o modo como intelectuais brasileiros e portugueses definiram os seus próprios regimes e buscaram construir ou resgatar a “verdadeira nação” dos seus países; a seguir, pretende-se também identificar e analisar o modo como estes mesmos intelectuais definiram o sentido do corporativismo e sua adequação à realidade nacional de Brasil e Portugal, ao contrário de uma simples importação das ideias italianas.

Luciano Aronne de Abreu: Professor Titular dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É também Editor-Chefe da Editora Universitária da PUCRS (EDIPUCRS). É atualmente o coordenador do núcleo brasileiro da Rede Internacional de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições à Democracia (REFAT) e da Rede Internacional de Estudos do Corporativismo (NETCOR). É autor de diversos livros, capítulos de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais sobre temas relacionados à Era Vargas, ao autoritarismo político no Brasil e em Portugal, pensamento político e social brasileiro e corporativismo.

A background image showing a classroom scene. In the foreground, the backs of several students are visible as they sit at desks. In the background, a teacher is standing near a chalkboard, and another student is visible on the right side. The scene is brightly lit, suggesting a typical classroom environment.

Luís Rosenfield: Professor Adjunto do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e em Filosofia (PPGF) da PUCRS. Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui mestrado em Direito pela Faculdade Meridional (IMED) e é bacharel em Direito (PUCRS). É líder do “Grupo de Pesquisa História das Ideias e História Intelectual (GHI)” (CNPq-PUCRS). Suas pesquisas estão centradas no estudo do autoritarismo brasileiro no campo da História das Ideias Políticas e da História do Pensamento Constitucional no período do entreguerras.

O autoritarismo no Brasil: a “Era Vargas” e a ditadura civil-militar. Primeiras reflexões sobre um projeto de pesquisa, Fabio Gentile, Universidade Federal do Ceará.

Resumo:

A proposta pretende apresentar os primeiros resultados de um projeto sobre o autoritarismo brasileiro, aprovado pelo CNPq, sob minha coordenação, podendo contar com alguns dos maiores especialistas do referido tema.

Embora a entrada do Brasil na modernidade do século XX se deu sobretudo sob a égide de duas épocas autoritárias – a Era Vargas (1930-1945) e, após uma curta época de transição à democracia, a ditadura civil-militar (1964-1985) – não possuímos trabalhos abarcando os dois regimes como momentos de um único processo autoritário no Brasil do século XX. Diante desta lacuna muito grave, o projeto pretende por sob foco a experiência autoritária no Brasil, durante o século XX. Com os devidos cuidados metodológico-analíticos, e sem intenção alguma de reduzir a complexidade desta época da história brasileira a uma lógica binária, o objetivo principal é pensar os dois regimes autoritários como partes de um único processo. A sua novidade e originalidade no campo da história do Brasil contemporâneo, pensada em perspectiva inter-transdisciplinar, consiste, sobretudo, em destacar os elementos de continuidade e permanência, sem todavia negligenciar as diferenças, a partir de um conceito de Era Vargas, que não apenas define um período (1930-1945), mas, sobretudo, deve ser entendida como uma era autoritária caracterizada por uma dimensão ideológico política, bem como por um modelo de capitalismo realizado em uma dimensão econômico-social, que chega até a década de 1990, em pleno processo de redemocratização. Como pretendemos mostrar na pesquisa,

o modelo ideológico-político e econômico-social da Era Vargas foi incorporado pela ditadura militar, apesar da introdução de algumas medidas liberais, de acordo com as novas tendências do capital internacional na década de 1960 e 1970. Enfim, trata-se, nessa perspectiva crítica, de considerar o legado das experiências autoritárias como fixação de aspectos que se tornaram perenes e que estão inseridos na própria redemocratização, de acordo com um processo que alguns cientistas sociais chamam de “hibridismo” da semidemocracia brasileira.

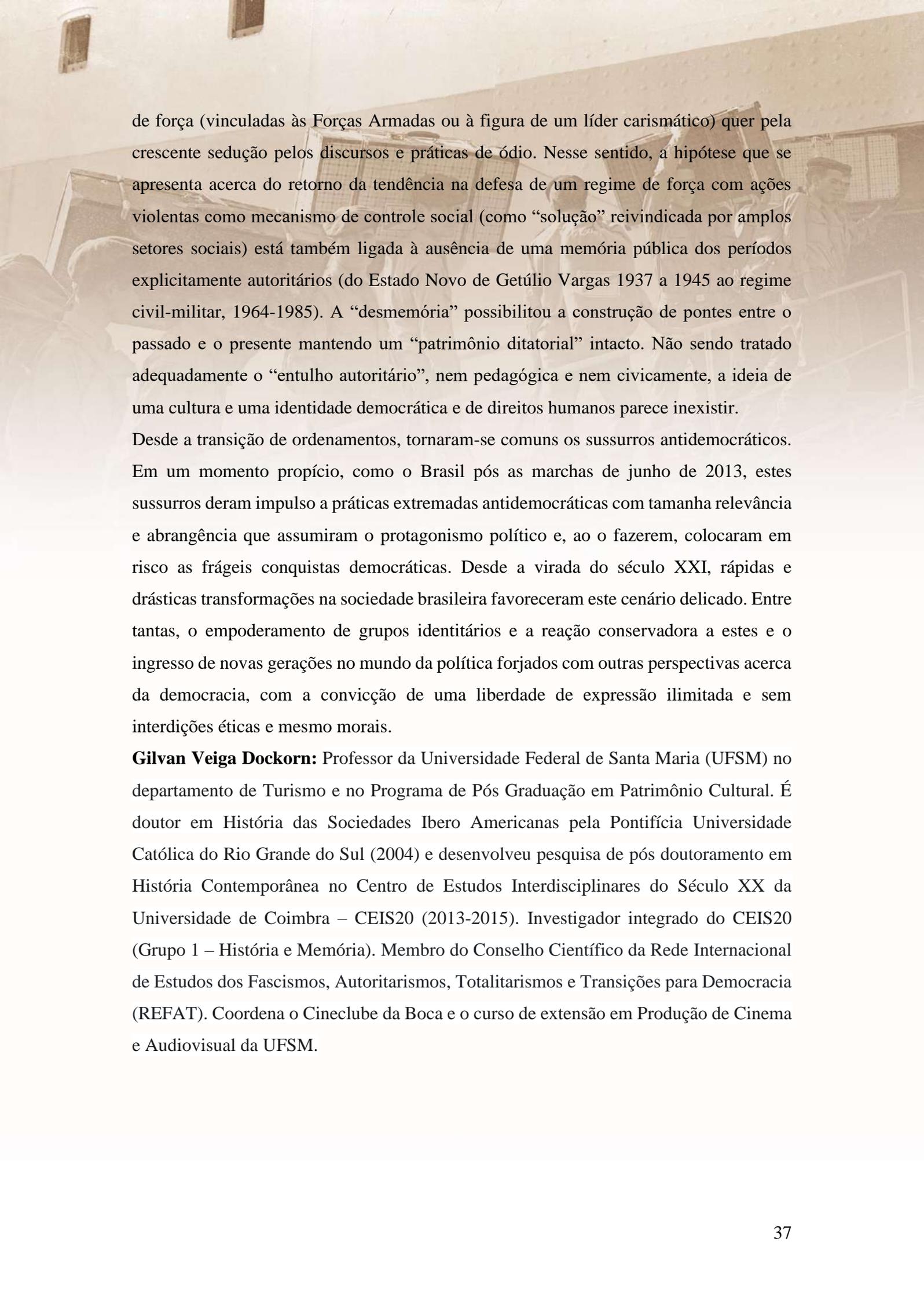
Fabio Gentile: Professor associado junto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil. No foco dos seus principais interesses de investigação estão a ideologia e as organizações políticas da direita italiana, bem como a circulação transnacional do fascismo e do corporativismo na América Latina, com enfoque específico no caso do Brasil entre as duas guerras mundiais (a “Era Vargas”). Sobre estes temas escreveu diversas monografias, capítulos de livros e artigos publicados em revistas italianas, espanholas, portuguesas e inglesas. Algumas publicações selecionadas: *La rinascita della destra* (2013); *O Brasil e o modelo de corporativismo fascista*, «Passato e Presente» 91/2013; *Fascismo e Corporativismo no pensamento de Oliveira Vianna: uma apropriação criativa*, em *Autoritarismo e Corporativismo na Europa e na América Latina: Cruzando Fronteiras*, org. A. Costa Pinto – F. Finchelstein, 2019; *Ditaduras e violência institucional*, org. F. Gentile – C. Longhi, 2019; *Populismo. Teoria e Casos* (2020), org. F. Gentile – A. Costa Pinto; *De Vargas a Bolsonaro: o Brasil como laboratório ideológico-político do populismo contemporâneo*, «Lusotopie» 2/2022; *Grandes temas de política internacional dos séculos XX e XXI* (2022), org. F. Gentile-A. Zanetti; *Echi del fascismo nel Brasile di Getúlio Vargas* (Nápoli, 2023).

***O Autoritarismo Estrutural na Sociedade Brasileira e sua Permanente Atualização: Da ditadura civil-militar à crise da democracia no século XXI*, Gilvan Dockorn, Universidade Federal de Santa Maria.**

Resumo:

A proposta de intervenção no evento propõe o resultado da análise de um conjunto de notícias veiculadas em portais de notícias que reatualizam elementos característicos de um autoritarismo estrutural da sociedade brasileira e que mantém elementos, simbólicos e concretos, típicos do período ditatorial.

Assim, a análise parte dos mecanismos exteriorizados de uma sociedade historicamente violenta e extremamente desigual quer pelo apelo recorrente à soluções salvacionistas e



de força (vinculadas às Forças Armadas ou à figura de um líder carismático) quer pela crescente sedução pelos discursos e práticas de ódio. Nesse sentido, a hipótese que se apresenta acerca do retorno da tendência na defesa de um regime de força com ações violentas como mecanismo de controle social (como “solução” reivindicada por amplos setores sociais) está também ligada à ausência de uma memória pública dos períodos explicitamente autoritários (do Estado Novo de Getúlio Vargas 1937 a 1945 ao regime civil-militar, 1964-1985). A “desmemória” possibilitou a construção de pontes entre o passado e o presente mantendo um “patrimônio ditatorial” intacto. Não sendo tratado adequadamente o “entulho autoritário”, nem pedagógica e nem civicamente, a ideia de uma cultura e uma identidade democrática e de direitos humanos parece inexistir.

Desde a transição de ordenamentos, tornaram-se comuns os sussurros antidemocráticos. Em um momento propício, como o Brasil pós as marchas de junho de 2013, estes sussurros deram impulso a práticas extremadas antidemocráticas com tamanha relevância e abrangência que assumiram o protagonismo político e, ao o fazerem, colocaram em risco as frágeis conquistas democráticas. Desde a virada do século XXI, rápidas e drásticas transformações na sociedade brasileira favoreceram este cenário delicado. Entre tantas, o empoderamento de grupos identitários e a reação conservadora a estes e o ingresso de novas gerações no mundo da política forjados com outras perspectivas acerca da democracia, com a convicção de uma liberdade de expressão ilimitada e sem interdições éticas e mesmo morais.

Gilvan Veiga Dockorn: Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no departamento de Turismo e no Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural. É doutor em História das Sociedades Ibero Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004) e desenvolveu pesquisa de pós doutoramento em História Contemporânea no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (2013-2015). Investigador integrado do CEIS20 (Grupo 1 – História e Memória). Membro do Conselho Científico da Rede Internacional de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para Democracia (REFAT). Coordena o Cineclube da Boca e o curso de extensão em Produção de Cinema e Audiovisual da UFSM.

8.^a Sessão – Mitos e imaginários políticos

Ditadura, Imigração e Imaginário: a construção da imagem do imigrante ideal na Ditadura Vargas, nos Anos 30 e 40 no Brasil, Maria das Graças Ataíde de Almeida, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Resumo:

O objetivo deste ensaio é desconstruir o discurso da imprensa na ditadura varguista que compreende os anos 30 e 40 do século XX, no âmbito da construção de um imaginário da figura do imigrante ideal, que ajudaria a construir o novo homem brasileiro. A década de 30, no Brasil, emerge com a Europa apresentada como a imagem do novo El Dourado, o Éden perdido. A produção de discurso desta década se polariza em dois flancos: um que se volta para a Europa como o protótipo da ordem e modernidade, em contraponto à imagem da “outra” Europa, transgressora, contaminada pelo “gérmen” do ideário “anárquico”, comunista, representada pela Rússia, pela Revolução Mexicana e pela Guerra Civil Espanhola. Estes discursos singram o Atlântico, aportam no Brasil e vão sendo ressignificados com um discurso que constrói a imagem do imigrante perfeito, amante da ordem, ideal para o Brasil. Em contraponto emerge a figura do imigrante que traz consigo o germen da discórdia, da política “contaminada”, expressão da desordem. Os sentidos da produção discursiva pairam nestes dois conceitos: ordem *versus* desordem (Balandier, 1982). A documentação utilizada se volta para o acervo da hemeroteca do Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEGE) e o Arquivo do Interventor de Pernambuco Agamenom Magalhães (AGM) que se encontra no CPDOC/FGV no Rio de Janeiro.

Maria da Graça Ataíde de Almeida: Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Possui graduação de Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1974), graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1975), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1986) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1995). Pós-doutorado pelo CEIS 20 da Universidade de Coimbra (2001/2002). Tem experiência na área de História, com ênfase em Autoritarismos/Fascismos, Relações Raciais, Exclusão e Imagem. Foi Pesquisadora do CNPq com projetos na área de Ditaduras com acervo da DOPS. Autora de livros e artigos.

***Hispanismo e Hispanidad: España, inmigración procedente de España y nacionalismos en el Chile y la Argentina de los años de entreguerras*, Alfonso Botti, Università di Modena e Reggio Emilia.**

Resumo:

Está de sobra conocido que el término hispanismo tiene (o puede tener también) en la América Latina de habla española un significado diferente de lo que tiene en la otra orilla del Atlántico. Si en Europa define un interés científico hacia la literatura, la historia y – para utilizar una categoría del contexto académico francés – la civilización española, en América Latina se le utiliza prevalentemente para apuntar una actitud cultural y política que reivindica desde el punto de vista nacional, y por lo tanto identitario, los vínculos con España. Sobra decir el interés que tuvo España, bien a lo largo de la dictadura de Primo de Rivera, bien durante la larga dictadura franquista, en apoyar esta actitud y esta corriente. La ponencia pretende examinar los diferentes casos de Chile y Argentina desde el punto de vista de las relaciones entre hispanidad, hispanismo y nacionalismo, en relación 1) con la inmigración procedente de España, 2) con la producción cultural de algunos intelectuales (Nicolás Palacios, Francisco Antonio Encina, Jaime Miguel Eyzaguirre Gutiérrez y las revistas Estudios, en el caso de Chile; Rodolfo Irazusta, Ernesto Palacio, Juan Emiliano Carulla, Julio Irazusta, Mario Lassaga, César Pico, Tomás Casares y las revistas La Nueva República, Criterio, en el caso de Argentina), 3) con la actitud del catolicismo, que plasmó unos peculiares nacionalcatolicismos.

Alfonso Botti: Ex Professore ordinario di Storia contemporanea presso il Dipartimento di Studi sul Linguaggio e la Cultura dell'Università di Modena e Reggio Emilia. Ha ricoperto diversi incarichi accademici e istituzionali. Dal 1992 dirige la rivista "Spagna contemporanea". Studia il riformismo e l'integralismo cattolici nell'Italia e nella Spagna del XIX e XX secolo nell'ottica della storia comparata, i rapporti tra cultura religiosa e cultura laica, il modernismo religioso e l'antisemitismo, le relazioni tra cattolicesimo e nazionalismi nel quadro dei processi di modernizzazione. Ha pubblicato anche vari contributi sulla recente storia politica spagnola e italiana.

***Ascesa e declino di un mito fascista: Primo Carnera*, Riccardo Brizzi, Università di Bologna.**

Resumo:

Nello studio dei rapporti tra sport e politica il caso dell'Italia fascista costituisce un riferimento di estremo interesse perché nel corso del Novecento rappresentò il primo

esempio di utilizzo sistematico dello sport ai fini di un progetto totalitario. Il regime vide nella pratica sportiva uno strumento per educare i giovani e propagandare i valori fascisti, nonché un mezzo attraverso il quale creare un “uomo nuovo”, emblema della rinnovata virilità della nazione italiana. Se il calcio e le due vittorie mondiali del 1934 e del 1938 sono stati i casi più celebri (e studiati) di strumentalizzazione politica di successi sportivi sotto il fascismo, un precedente di grande importanza è stato quello di Primo Carnera. Nato in Friuli da una famiglia molto povera, costretto ad emigrare in Francia alla ricerca di fortuna, Carnera fece della boxe un veicolo di riscatto sociale, prima in Francia poi negli Stati Uniti, dove il 29 giugno 1933 diventò campione del mondo dei pesi massimi, diventando immediatamente un'icona del regime, ampiamente celebrato in patria e all'estero. L'intervento vuole concentrarsi non solo sul percorso di Carnera e sulla costruzione di un mito eccezionalmente popolare anche oltreoceano, in particolare tra le comunità italiane in America, ma soprattutto sull'utilizzo che il fascismo fece di Carnera, quale modello di mascolinità nazionale e incarnazione del “nuovo italiano”, funzionale al progetto di rivoluzione antropologica promosso dal regime.

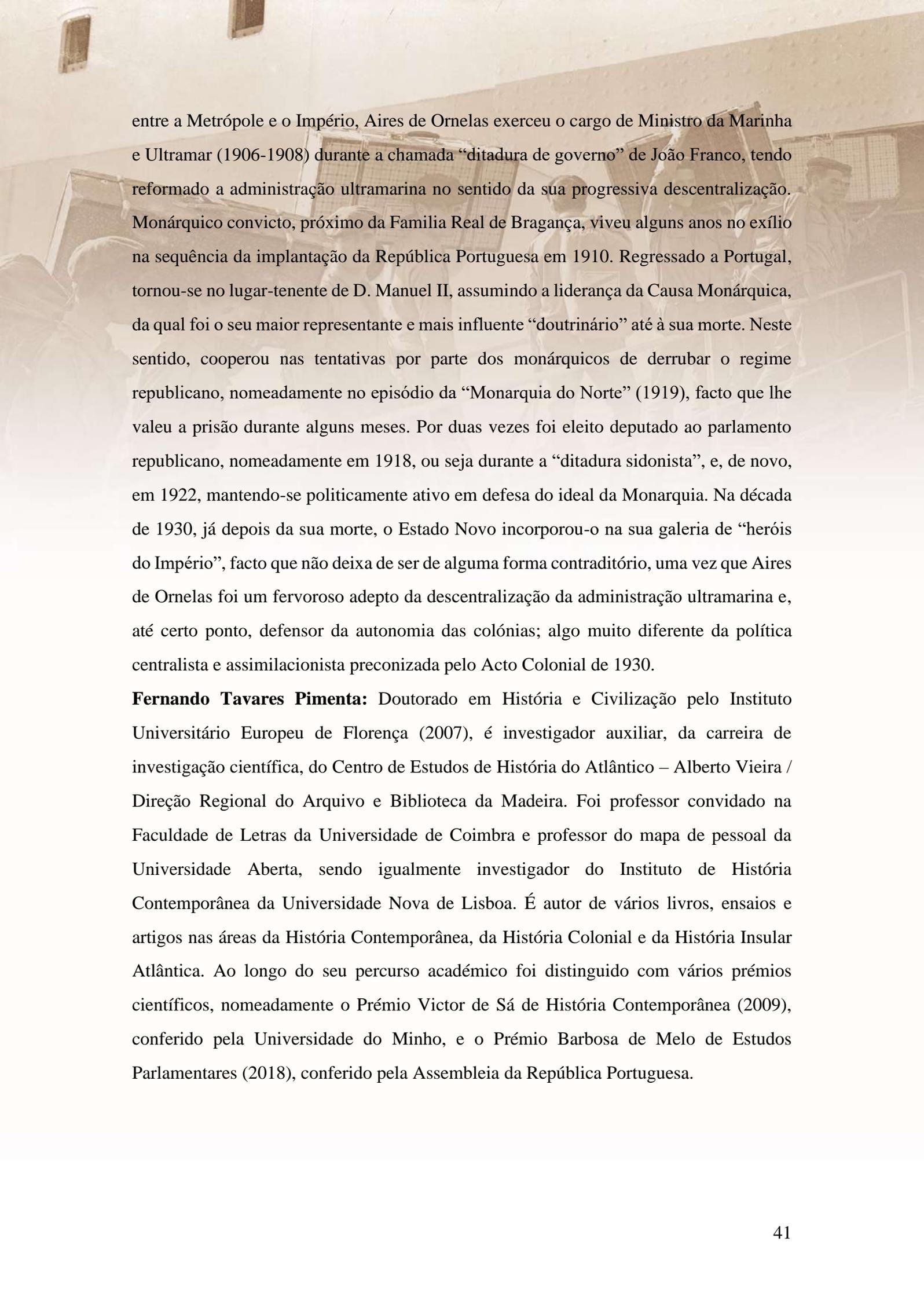
Riccardo Brizzi: Direttore del Dipartimento delle Arti dell'Università di Bologna e insegna Storia contemporanea e Storia della comunicazione politica. È stato Visiting Professor in diverse università europee. È direttore del Master in Comunicazione e Marketing dello Sport dell'Università di Bologna. È autore di diversi studi e monografie di storia politica, con particolare attenzione alla storia politica francese, alla storia della comunicazione politica e alla storia del rapporto tra sport e politica.

9.^a Sessão – A Madeira e o Ultramar

Aires de Ornelas e Vasconcelos e o Ultramar Português. Da Monarquia ao Estado Novo (1906-1930), Fernando Tavares Pimenta, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

Resumo:

Esta comunicação coloca em perspectiva o pensamento em matéria ultramarina do Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930), africanista renomado e um dos mais relevantes pensadores coloniais portugueses das primeiras décadas do século XX. Natural de um território insular, a Ilha da Madeira, espaço historicamente de charneira



entre a Metrópole e o Império, Aires de Ornelas exerceu o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar (1906-1908) durante a chamada “ditadura de governo” de João Franco, tendo reformado a administração ultramarina no sentido da sua progressiva descentralização. Monárquico convicto, próximo da Família Real de Bragança, viveu alguns anos no exílio na sequência da implantação da República Portuguesa em 1910. Regressado a Portugal, tornou-se no lugar-tenente de D. Manuel II, assumindo a liderança da Causa Monárquica, da qual foi o seu maior representante e mais influente “doutrinário” até à sua morte. Neste sentido, cooperou nas tentativas por parte dos monárquicos de derrubar o regime republicano, nomeadamente no episódio da “Monarquia do Norte” (1919), facto que lhe valeu a prisão durante alguns meses. Por duas vezes foi eleito deputado ao parlamento republicano, nomeadamente em 1918, ou seja durante a “ditadura sidonista”, e, de novo, em 1922, mantendo-se politicamente ativo em defesa do ideal da Monarquia. Na década de 1930, já depois da sua morte, o Estado Novo incorporou-o na sua galeria de “heróis do Império”, facto que não deixa de ser de alguma forma contraditório, uma vez que Aires de Ornelas foi um fervoroso adepto da descentralização da administração ultramarina e, até certo ponto, defensor da autonomia das colónias; algo muito diferente da política centralista e assimilacionista preconizada pelo Acto Colonial de 1930.

Fernando Tavares Pimenta: Doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (2007), é investigador auxiliar, da carreira de investigação científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Foi professor convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e professor do mapa de pessoal da Universidade Aberta, sendo igualmente investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. É autor de vários livros, ensaios e artigos nas áreas da História Contemporânea, da História Colonial e da História Insular Atlântica. Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios científicos, nomeadamente o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares (2018), conferido pela Assembleia da República Portuguesa.

***A Boa Imprensa e a Transmissão de Modelos Comportamentais: A Esperança no Arquipélago da Madeira (1933-1938)*, Bruno Abreu Costa, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.**

Resumo:

Parece redundante falar em processos de disciplinamento da sociedade – por vezes, também designado de controlo social – em períodos de ditadura. O poder político, interessado em uniformizar a sociedade e a minimizar o confronto social – que poderia colocar em causa a sua permanência –, socorreu-se, obviamente, de uma variedade de instrumentos que facilitassem a homogeneidade social. Porém, o disciplinamento não é uma característica exclusiva nem do século XX nem dos regimes ditatoriais. A Igreja Católica utilizou, desde o período medieval até à atualidade, diversos métodos de controlo que, no século XX e pelas ditaduras sul-europeias, foram readaptados e reintroduzidos. A relação, nem sempre fácil mas nunca completamente antagónica, da Igreja com essas ditaduras promoveu modelos sociais de comportamento que auxiliaram o Estado e a permanência desses regimes. A imprensa católica, muitas vezes designada como a “Boa Imprensa”, teve um papel fundamental na transmissão dos modelos comportamentais referidos, assentes numa moralidade hetero-imposta e, posteriormente, auto-imposta. A *Esperança* (1919-1938), uma revista de “formação católica” madeirense, procurou servir esse propósito: o de conduzir as ovelhas do rebanho católico residentes no arquipélago, comentando práticas sociais e sugerindo outras mais adequadas à vivência cristã. Através de alguns dos textos publicados n’*A Esperança*, entre 1933 e 1938, procurar-se-á analisar a moralidade estipulada pela Igreja e aceite pelo regime salazarista, anotando comportamentos repudiados e recomendados e as preocupações da elite católica madeirense que publicava na dita revista. O foco assentará em textos dedicados aos diversos processos de sociabilização, com o objetivo de modelar práticas sociais, tendo como público-alvo as crianças e os jovens (e os seus pais!). Desse modo, procuraremos observar o contributo d’*A Esperança* no papel modelador, e logo disciplinador, da infância e da juventude, nos primórdios do Estado Novo.

Bruno Abreu Costa: Técnico Superior no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, pertencente à Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciado em História (2011) e mestre em História – Sociedades, Políticas e Religiões pela Universidade de Coimbra (2013). Doutorando em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional pela Universidade da Madeira. Autor de

diversos estudos sobre o clero, a Igreja e a religiosidade no arquipélago madeirense, e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade da Madeira.

Participação Madeirense no Processo de Colonização de Moçambique durante o Estado Novo: O Caso do Colonato do Limpopo, Odete Souto, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

Resumo:

A colonização do Limpopo por famílias madeirenses, durante o período do Estado Novo, revelou-se um capítulo significativo da história colonial portuguesa. A Madeira foi um elemento fundamental neste processo, posicionando-se como um dos principais locais de recrutamento de colonos. O Estado Português desempenhou um papel ativo, selecionando cuidadosamente as famílias envolvidas. Uma vez no Limpopo, os colonos enfrentaram, contudo, uma realidade árdua, marcada por desafios na agricultura e questões de saúde pública. Em todo o caso, em virtude desse processo de colonização, foram feitos investimentos relevantes na região do Limpopo, no quadro dos Planos de Fomento que foram estendidos ao Ultramar. Entre esses, a Barragem de Trigo de Morais, construída entre 1953 e 1955, permanece como um testemunho da influência portuguesa, sustentando a economia regional até hoje. A língua portuguesa e a infraestrutura hidráulica são aliás exemplos das marcas deixadas pelos portugueses na região. Neste sentido, esta comunicação visa não só contribuir para uma melhor compreensão da história recente de Portugal e de Moçambique, como também chama a atenção para a necessidade e a importância da realização de futuras investigações sobre o impacto duradouro da colonização e as dinâmicas da relação pós-colonial entre os dois países.

Odete Souto: Mestre em Relações Interculturais e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Aberta. Tem desenvolvido trabalhos de investigação incidindo sobre a emigração madeirense desde passado recente (século XX) até à atualidade, tendo alguns artigos publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira. Nova Série*. Integra a equipa de investigação do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, tendo como principais áreas de interesse: migrações; identidades sociais, culturais e diversidades; relações interculturais; transnacionalismo; integração e transformação social.

No rasto de memórias literárias madeirenses da Guerra Colonial. A (não) exceção da Madeira na narrativa do colapso do império português em África, Ana Salgueiro, Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

Resumo:

«Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência um *traumatismo profundo* [...] mas a um repensamento em profundidade da *totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo*. Contudo, todos nós assistimos a esse espectáculo surpreendente: nem uma nem outra tiveram lugar. É possível que a profundidades hoje ainda não perceptíveis supure uma ferida que à simples vista ninguém apercebeu»

Eduardo Lourenço, “Psicanálise mítica do destino português”

Conflito complexo, cujos efeitos e causas (como em outras guerras) ultrapassaram largamente os campos político e militar, repercutindo-se muito para além dos períodos de combate, dos teatros de operações e dos sujeitos neles diretamente implicados, a Guerra Colonial portuguesa em África foi objeto de tematização e de representação em textos literários lusófonos (também madeirenses) de diversos géneros, índoles e autorias, antes e depois do 25 de Abril de 1974: narrativas em que a inscrição do pacto autobiográfico sublinha o carácter testemunhal do que foi vivido no que é relatado; narrativas ficcionais onde o recurso à ficção é, frequentemente, a estratégia possível quer para suportar a violência do regresso mnemónico à monstruosidade da guerra, quer para preencher vazios e responder a perguntas que a História não resolve; poesia de carácter mais épico ou lírico-subjetivo; textos coesos ou fragmentários, com graus variáveis de investimento estético; etc.

Se a História mais ortodoxa observa com suspeição a validade do retrato dessa guerra que a literatura constrói, vários autores, situando-se no campo liminal dos Estudos de Memória (p. ex. Margarida Calafate Ribeiro, Roberto Vecchi ou, mais recentemente, Miguel Cardina), têm vindo a salientar a importância dos discursos literários para a compreensão e a problematização do modo como Portugal (não) percecionou e não discutiu criticamente nem a derrocada final do império português em África, nem a violência da guerra que a acompanhou. A contrapelo, resistindo ao *atrito da (des)memória* diagnosticado por Eduardo Lourenço na citação em epígrafe, e rompendo com a *afasia* sobre os traumas da guerra e as ruínas e heranças mal resolvidas do colonialismo que dominou o sistema cultural português nas últimas décadas do século XX, a literatura (numa complexa polifonia que, por isso mesmo, exige ser atentamente

analisada) *inscreveu* imagens e narrativas dessas experiências traumáticas (individuais e coletivas) na memória cultural de um Portugal contemporâneo que, então e segundo José Gil, tendia a reinventar-se como comunidade da *não-inscrição*.

Acolhendo no seu território, quer o Batalhão Independente de Infantaria n.º 19 (uma das unidades que, segundo José Luís Ferreira, realizaram maior esforço de mobilização na Arma de Infantaria entre 1961-1974), quer um número significativo de “retornados” no decurso do atribulado processo de descolonização, a Madeira surge, com alguma surpresa, tenuemente representada nas principais antologias de “Literatura da Guerra Colonial” que, a nível nacional, foram publicadas (MELO, 1988; RIBEIRO e VECCHI, 2011). Uma invisibilidade que acompanha aquela que também identificamos no próprio sistema cultural madeirense, onde, contrariamente ao que se verifica nos Açores, autores madeirenses e textos publicados no arquipélago que se ocuparam dessas problemáticas são praticamente ignorados.

Tomando esta dupla invisibilidade como desafio problematizador, na presente comunicação propomo-nos inventariar um *corpus* literário madeirense que, abordando essas questões, procurou contribuir para a construção de uma memória literária insular dessa guerra que, contudo, permanece na sombra de um quase esquecimento. Interrogar-nos-emos sobre que memórias do Império e do seu colapso violento são construídas nesses textos e sobre as razões (subjetivo-psicológicas, ideológico-políticas, estético-literárias) que poderão explicar esse continuado apagamento mnemónico.

Ana Salgueiro: Doutoranda em Estudos de Cultura na Universidade Católica Portuguesa, mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e licenciada em LLM-Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É investigadora integrada no CECC-UCP (Lisboa) e colaboradora no CEHA-AV. É coautora e coordenadora da Revista *TRANSLOCAL – Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas* e o seu trabalho, apresentado em reuniões científicas e eventos culturais encontra-se também publicado em livros e revistas especializadas, ocupando-se sobretudo dos sistemas culturais da Macaronésia Lusófona e abordando questões como: o exílio e a mobilidade humana, cultural e textual; as implicações entre cultura e poder; a relação entre fenómenos culturais, imaginários e fenómenos naturais; e o papel dos discursos artístico e académico nas sociedades contemporâneas. Assina como coautora e coeditora, os livros: *Vozes de Cabo Verde e de Angola: quatro percursos literários* (2010, CLEPUL); *Cabral do Nascimento Escrever o mundo por detrás de um monóculo e a partir de um farol* (2015, IA); e *(Dis)Memory of Disasters. A Multidisciplinary Approach*

(2019, CIERL). Prepara, com Jerónimo Pizarro, a edição anotada de folhetins modernistas de autores madeirenses, a publicar em 2024 pela Tinta-da-China e pela DRABM.

